

Diário Oficial

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CIII • Nº 124

Edição eletrônica

Recife, quarta-feira, 15 de julho de 2026

Atos

ATO Nº. 1264/2026

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, do Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 7016/2026, do Departamento de Gestão Funcional, e no Parecer nº 361/2026 da Procuradoria Geral,

RESOLVE: conceder aposentadoria voluntária a **GILBERTO SOARES SILVA**, matrícula nº 315, Analista Legislativo, especialidade: Consultoria Legislativa, Nível de Remuneração 10, com proventos integrais, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05.

Sala Torres Galvão, 14 de julho de 2026.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº. 1265/2026

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, do Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 7044/2026, do Departamento de Gestão Funcional, e no Parecer nº 363/2026, da Procuradoria Geral,

RESOLVE: conceder aposentadoria compulsória à **CARLOS ALBERTO CAMPELO**, matrícula nº 248, Motorista, Nível de Remuneração 10, com proventos integrais, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/05, a partir do dia 13 de julho de 2026.

Sala Torres Galvão, 14 de julho de 2026.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

Ata

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ÁLVARO PORTO

ÀS 14:30 HORAS DE 09 DE JUNHO DE 2026, REUNEM-SE NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, OS DEPUTADOS ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS;

AGLAILSON VICTOR; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; FRANCISMAR PONTES; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; ROMERO SALES FILHO; SIMONE SANTANA; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (34 PRESENTES). JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANNILO GODOY; DORIEL BARROS; FRANCE HACKER; GILMAR JÚNIOR; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO. O DEPUTADO ÁLVARO PORTO ABRE A REUNIÃO E DESIGNA OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS E IZAÍAS RÉGIS PARA PRIMEIRA E SEGUNDA SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE. AS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO DIA 08 DE JUNHO DO CORRENTE ANO SÃO LIDAS, SUBMETIDAS À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO, QUE DEFENDE A APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026, QUE VISA INCLUIR OS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO NO ROL DE ÓRGÃOS PERMANENTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA. A PARLAMENTAR INFORMA, AINDA, QUE PROPOSTA SEMELHANTE TAMBÉM AVANÇA EM ÂMBITO NACIONAL, POR MEIO DA PEC 37, JÁ APROVADA NO SENADO E EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, E REGISTRA TER ENTRADO EM CONTATO COM O DEPUTADO FEDERAL LULA DA FONTE PARA SOLICITAR CELERIDADE AO ENCAMINHAMENTO DA PAUTA. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO JUNIOR MATUTO, QUE DEFENDE A APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026, DESTACANDO O EMPENHO DOS PARLAMENTARES DESTA CASA PARA QUE A MATÉRIA FOSSE VOTADA NA DATA DE HOJE, E RESSALTA A IMPORTÂNCIA DA MEDIDA PARA FORTALECER A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL, QUE CELEBRA A ASSINATURA DE UM PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A AMBIPAR, EMPRESA DE GESTÃO DE RESÍDUOS E ECONOMIA CIRCULAR, PARA A INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL E OPERACIONAL NO MUNICÍPIO DE EXU, NO SERTÃO DO ARARIPE. A DEPUTADA REGISTRA QUE O PROJETO PREVÊ A IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE VOLTADA AO RECOLHIMENTO E À TRANSFORMAÇÃO DE RESÍDUOS PLÁSTICOS E RECICLÁVEIS, QUE SERÃO REAPROVEITADOS NA PRODUÇÃO DE ITENS ESSENCIAIS, COMO TUBOS PARA SISTEMAS DE ESGOTO E IRRIGAÇÃO, EM PARCERIA COM COOPERATIVAS DE SUCATEIROS E TRABALHADORES DA COLETA E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO, QUE CRITICA O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) POR PROCESSOS JUDICIAIS MOVIDOS CONTRA ELE EM VIRTUDE DE POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS QUE ASSOCIAM O PARTIDO A FACÇÕES CRIMINOSAS. O DEPUTADO REITERA CONTEÚDO DE SUAS PUBLICAÇÕES, AFIRMANDO QUE CV, PCC, PT E MST SÃO AS FACÇÕES MAIS PERIGOSAS DO BRASIL, E CITA EPISÓDIOS DE VISITAS DE MEMBROS DO GOVERNO A COMUNIDADES CONTROLADAS PELO CRIME ORGANIZADO. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RENATO ANTUNES, QUE CELEBRA OS INVESTIMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA. O DEPUTADO DESTACA A RECENTE FORMATURA DE 182 NOVOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR E RESSALTA QUE A ATUAL GESTÃO TEM DIRECIONADO GRANDE VOLUME DE RECURSOS AO SETOR, INCLUINDO MAIS DE R\$ 300 MILHÕES EM OBRAS E EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS PARA GARANTIR SEGURANÇA MÍNIMA ÀS TROPAS QUE ATUAM NAS RUAS. O PRESIDENTE INFORMA QUE, CONFORME ACORDO DE LIDERANÇAS, OCORRERÁ A INVERSÃO DA PAUTA E OS INSCRITOS NO GRANDE EXPEDIENTE FARÃO SEU PRONUNCIAMENTO APÓS A VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA SUBSEQUENTE. INICIA A ORDEM DO DIA. ANUNCIADA A PRIMEIRA DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026, O PRESIDENTE INFORMA QUE A MATÉRIA ESTÁ PENDENTE DE PARECER DAS 2ª, 3ª E 15ª COMISSÕES. DESTA FEITA, CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ANTONIO COELHO, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, QUE AVOCA PARA SI A RELATORIA DA MATÉRIA E PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM O RELATOR: OS DEPUTADOS CORONEL ALBERTO FEITOSA, DÉBORA ALMEIDA, DIOGO MORAES, ERIBERTO FILHO, LUCIANO DUQUE, DANI PORTELA, EDSON VIEIRA, HENRIQUE QUEIROZ FILHO E SOCORRO PIMENTEL, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO. APÓS, É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO ANTONIO COELHO, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE DESIGNA O DEPUTADO IZAÍAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brigido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Maurício Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Bráulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

RÉGIS PARA A RELATORIA DA MATÉRIA. O DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM O RELATOR: OS DEPUTADOS ANTONIO COELHO, JOAQUIM LIRA, ADALTO SANTOS, CORONEL ALBERTO FEITOSA E DÉBORA ALMEIDA, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATO CONTÍNUO, É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO JOEL DA HARPA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, QUE DESIGNA A DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO PARA A RELATORIA DA MATÉRIA. A DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM A RELATORA: OS DEPUTADOS JOEL DA HARPA, ANTONIO MORAES, FABRIZIO FERRAZ E JOÃO PAULO DO PT, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. TENDO A MATÉRIA RECEBIDO TODOS OS PARECERES DAS COMISSÕES, O PRESIDENTE COLOCA EM DISCUSSÃO PLENÁRIA. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O PRESIDENTE A ENCERRA E INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (30 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANNILO GODOY; DORIEL BARROS; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (19 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 34/2026. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3944/2026. ANUNCIADA A PRIMEIRA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4014/2026, O PRESIDENTE INFORMA QUE A MATÉRIA ESTÁ PENDENTE DO PARECER DA 7ª COMISSÃO. DESTA FEITA, CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO, QUE AVOCA PARA SI A RELATORIA DA MATÉRIA E PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM O RELATOR: OS DEPUTADOS DIOGO MORAES, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, JOÃO PAULO DO PT, LUCIANO DUQUE E SOCORRO PIMENTEL, RESTANDO APROVADO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4014/2026 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL. TENDO A MATÉRIA RECEBIDO TODOS OS PARECERES DAS COMISSÕES, O PRESIDENTE COLOCA EM DISCUSSÃO PLENÁRIA. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4014/2026. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4166/2026. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1371/2023 COM EMENDA SUPRESSIVA Nº 01/2025 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1727/2024. É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2743/2025 COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2025 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, SENDO REGISTRADO O VOTO CONTRÁRIO DOS DEPUTADOS JOEL DA HARPA, PASTOR CLEITON COLLINS, PASTOR JÚNIOR TÉRCIO, RENATO ANTUNES E ADALTO SANTOS. ANUNCIADA A PRIMEIRA DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3641/2025, O PRESIDENTE INFORMA QUE A MATÉRIA ESTÁ PENDENTE DE PARECER DAS 3ª, 7ª E 16ª COMISSÕES. DESTA FEITA, CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ANTONIO COELHO, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE DESIGNA A DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA PARA A RELATORIA DA MATÉRIA. A DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM A RELATORA: OS DEPUTADOS ANTONIO COELHO, IZAÍAS RÉGIS, JOAQUIM LIRA, ADALTO SANTOS E CORONEL ALBERTO FEITOSA, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3641/2025 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APÓS, É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL, QUE AVOCA PARA SI A RELATORIA DA MATÉRIA E PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM O RELATOR: OS DEPUTADOS DIOGO MORAES, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, JOÃO PAULO DO PT E SOCORRO PIMENTEL, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3641/2025 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL. ATO CONTÍNUO, É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE DESIGNA O DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA PARA A RELATORIA DA MATÉRIA. O DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA PROFERE PARECER ORAL PELA APROVAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, SÃO COLHIDOS OS VOTOS DOS DEMAIS MEMBROS DO REFERIDO COLEGIADO, QUE ACOMPANHAM O RELATOR: OS DEPUTADOS JOÃO PAULO COSTA E ANTONIO COELHO, RESTANDO APROVADO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3641/2025 NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. TENDO A MATÉRIA RECEBIDO TODOS OS PARECERES DAS COMISSÕES, O PRESIDENTE COLOCA EM DISCUSSÃO PLENÁRIA. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3641/2025. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO NºS. 2493/2025, 2498/2025, 2526/2025, 2563/2025, 2598/2025, 2629/2025, 2712/2025, 3026/2025, 3123/2025, 3288/2025, 3292/2025, 3317/2025, 3444/2025, 3514/2025, 3541/2025, 3684/2025, 3685/2025, 3686/2025, O PRESIDENTE INFORMA QUE FOI APRESENTADO E DEFERIDO, NA FORMA REGIMENTAL, REQUERIMENTO DE DESTAQUE PELA DEPUTADA DANI PORTELA PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DO TEXTO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3317/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ANTUNES. PORTANTO, PASSAR-SE-Á À VOTAÇÃO DO TEXTO BASE DO SUBSTITUTIVO, SEM O TEXTO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3317/2025. EM SEGUIDA, CASO APROVADO, PASSAR-SE-Á À VOTAÇÃO EM SEPARADO DO TEXTO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3317/2025. DISCUTEM A MATÉRIA A DEPUTADA DANI PORTELA E O DEPUTADO RENATO ANTUNES. NÃO HAVENDO MAIS QUEM QUEIRA DISCUTIR, O PRESIDENTE A ENCERRA E INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (27 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANNILO GODOY; DORIEL BARROS; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; IZAÍAS RÉGIS; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (22 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O SUBSTITUTIVO SEM O TEXTO REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3317/2025. TENDO SIDO APROVADO O TEXTO BASE DO SUBSTITUTIVO, INICIA-SE A VOTAÇÃO EM SEPARADO DO TEXTO REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3317/2025. O PRESIDENTE INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DÉBORA ALMEIDA; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (25 VOTOS); VOTAM “NÃO” OS DEPUTADOS: DANI PORTELA E JOÃO PAULO DO PT (2 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANNILO GODOY; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DORIEL BARROS; ERIBERTO FILHO; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; JOÃO PAULO COSTA; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (22 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O SUBSTITUTIVO EM SUA INTEGRALIDADE TAL COMO APRESENTADO PELA MESA DIRETORA. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO NºS. 3696/2026, 3709/2026, 3716/2026, 3761/2026, 3879/2026, 3890/2026, 3918/2026, 3945/2026, 3960/2026, 3988/2026, 4050/2026, 4082/2026, 4103/2026, 4111/2026, 4120/2026, 4136/2026 E 4150/2026. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O PRESIDENTE A ENCERRA E INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DIOGO

MORAES; EDSON VIEIRA; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (27 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANNILO GODOY; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DORIEL BARROS; ERIBERTO FILHO; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; PASTOR CLEITON COLLINS; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (22 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O SUBSTITUTIVO Nº 01/2026 AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO NºS. 3696/2026, 3709/2026, 3716/2026, 3761/2026, 3879/2026, 3890/2026, 3918/2026, 3945/2026, 3960/2026, 3988/2026, 4050/2026, 4082/2026, 4103/2026, 4111/2026, 4120/2026, 4136/2026 E 4150/2026. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4144/2026, O DEPUTADO RENATO ANTUNES DECLARA VOTO FAVORÁVEL. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O PRESIDENTE A ENCERRA E INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (29 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANNILO GODOY; DORIEL BARROS; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; JUNIOR MATUTO; KAIO MANIÇOBA; NINO DE ENOQUE; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (20 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4144/2026. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4145/2026, O DEPUTADO RENATO ANTUNES DECLARA VOTO FAVORÁVEL. NÃO HAVENDO QUEM QUEIRA DISCUTIR, O PRESIDENTE A ENCERRA E INFORMA QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL, ISTO FEITO, VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS: ABIMAEI SANTOS; ADALTO SANTOS; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DIOGO MORAES; EDSON VIEIRA; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO COSTA; JOÃO PAULO DO PT; JOÃOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; MÁRIO RICARDO; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; SOCORRO PIMENTEL E WANDERSON FLORÊNCIO (26 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS: AGLAILSON VICTOR; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANI PORTELA; DANNILO GODOY; DÉBORA ALMEIDA; DORIEL BARROS; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; GUSTAVO GOUVEIA; JEFERSON TIMÓTEO; JOÃO DE NADEGI; KAIO MANIÇOBA; LUCIANO DUQUE; NINO DE ENOQUE; RODRIGO FARIAS; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (23 PARLAMENTARES), SENDO APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS. 16419 A 16447/2026 E OS REQUERIMENTOS NºS. 5231 A 5238, 5241 A 5243 E 5245 A 5249/2026. SÃO ENVIADOS ÀS COMISSÕES OS PROJETOS NºS. 4171 A 4181/2026; SÃO DEFERIDOS OS REQUERIMENTOS NºS. 5270 A 5274/2026; ESSAS PROPOSIÇÕES SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS INDICAÇÕES NºS. 16464 A 16504/2026 E OS REQUERIMENTOS NºS. 5265 A 5269/2026. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A PRESENTE REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, PARA LOGO EM SEGUIDA, A SER REALIZADA NESTE PLENÁRIO.

Claudioano Martins Filho Presidente
Antônio Moraes 1º Secretário
João Paulo Costa 2º Secretário
(REPUBLICADA)

Errata

ERRATA DE ESCALA DE FÉRIAS

Na Escala de Férias publicada em 09/07/2026, no que se refere às férias do Exercício 2025 do servidor ALFREDO DE GOIS NETO, Matrícula 64124, onde se lê 01/07/2026 a 05/07/2026, leia-se 01/07/2026 a 07/07/2026.

Portarias

PORTARIA Nº 676/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 7045/2026, **RESOLVE**: designar o servidor **JOSIMAR JOSE DA SILVA**, matrícula nº 63439, ora à disposição deste Poder Legislativo, para responder pela função gratificada de Gerente de Inteligência, durante o gozo das férias do titular, **DILSON LINS MARQUES DOS SANTOS JUNIOR**, matrícula nº 42611, no período de 17 a 31 de agosto de 2026, referente 1ª fração do exercício de 2026.

Sala Austro Costa, 14 de julho de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 677/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 6899/2026, **do Deputado Frabrizio Ferraz**, e Ofício nº 184/2026, **RESOLVE**: fazer retornar ao Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA, o servidor **SILVIO FREIRE DE SA**, matrícula nº 64243, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2026.

Sala Austro Costa, 14 de julho de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

RELATÓRIOS 1º SEMESTRE - 2026 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA - PRESIDENTE
DEPUTADO EDSON VIEIRA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:	SUPLENTE:
DEPUTADO ADALTO SANTOS	DEPUTADO ABIMAEI SANTOS
DEPUTADO ANTONIO MORAES	DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO	DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO DIOGO MORAES	DEPUTADO ERIBERTO FILHO
DEPUTADO JARBAS FILHO	DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT	DEPUTADO KAIO MANIÇOBA
DEPUTADO SILENO GUEDES	DEPUTADO RENATO ANTUNES
	DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
	DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

1. QUANTITATIVO NO 1º SEMESTRE DE 2026

ANO	PROJETOS DISTRIBUÍDOS	PROJETOS VOTADOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS REJEITADOS	REUNIÕES REALIZADAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
2026	456	425	350	75	13	1

2. PROJETOS POR AUTOR NO 1º SEMESTRE DE 2026

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS DISTRIBUIDOS POR AUTOR (DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2026)	
DEPUTADOS	434
PODER EXECUTIVO	17
TJPE	01
TCE	02
MINISTÉRIO PÚBLICO	02
Total	456

3. PROJETOS VOTADOS NO 1º SEMESTRE DE 2026, REFERENTES AOS ANOS DE 2025, 2024, 2023 e PROJETOS DESARQUIVADOS

ANO -2025	ANO -2024	ANO - 2023	PROJETOS DESARQUIVADOS
113	79	104	7

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO 1º SEMESTRE DE 2026

1. AUDIÊNCIA PÚBLICA

I. Tema: Formação de Condutores e Fiscalização do Processo de Habilitação.
Audiência Pública Conjunta da CCLJ e CSPDS
Data 03.03.2026

PROJETOS RELEVANTES NO 1º SEMESTRE DE 2026

1. PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO

Projeto de Lei Ordinária nº 3933/2026 - Governadora do Estado de Pernambuco
Ementa: Dispõe sobre a atualização do valor do Piso Salarial dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino.

Projeto de Lei Ordinária nº 3944/2026 - Governadora do Estado de Pernambuco
Ementa: Autoriza a concessão de auxílio-moradia emergencial, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias que se encontrem nas situações que indica.

Projeto de Lei Ordinária nº 4071/2026 - Governadora do Estado de Pernambuco **Ementa:** Institui o Fundo de Proteção, Defesa Civil e Recuperação Ambiental de Pernambuco – FUNDPRA e altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual, e a Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 4072/2026 - Governadora do Estado de Pernambuco
Ementa: Autoriza a realização da transferência de recursos financeiros pelo Estado de Pernambuco da ordem R\$8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) diretamente aos beneficiários residentes em Municípios abrangidos por Situação de Emergência, para a concessão do auxílio financeiro emergencial Auxílio Pernambuco.

PROJETOS DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei Ordinária nº 1180/2023 – Deputado William Brígido
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos removíveis e com lavatórios, assim como a disponibilização de álcool em gel em locais de via aberta, que não contam com tal equipamento, onde funcionarem as feiras livres no Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2282/2024 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Institui no Estado de Pernambuco, o Protocolo de Acompanhamento e Averiguação de Crianças e Adolescentes, no âmbito escolar, que demonstrem comportamentos condizentes com o convívio em ambiente de violência doméstica e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 3060/2025 - Deputado Doriel Barros
Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Criação e Manutenção de Cinturões Verdes, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 3184/202 - Deputado Doriel Barros
Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Reaproveitamento de Subprodutos, Resíduos e Excedentes Agroindustriais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 147/2023 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Institui o programa de acolhimento humanizado para recém-nascidos desassistidos, no âmbito da rede pública de saúde do Estado de Pernambuco, denominado Projeto “Hora do Colinho”.

Projeto de Lei Ordinária nº 2314/2024 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Institui a Política Estadual de Conscientização, Enfrentamento e Controle do Vírus da Encefalite Equina Oriental (EEE) em Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2470/2025 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir a troca de produtos adquiridos durante períodos de promoções, liquidações e ofertas.

Projeto de Lei Ordinária nº 2570/2025 - Deputado Romero Albuquerque
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de comunicações em áudio por meio do aplicativo de mensagem instantânea digital, por agências públicas do Estado de Pernambuco, para garantir acessibilidade às pessoas cegas, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 2582/2025 - Deputado Abimael Santos
Ementa: Determina a obrigatoriedade de instalação de placas informativas nas entradas de cidades, acessíveis por rodovias estaduais, contendo o endereço e telefone do hospital de referência ou unidade de saúde do município.

Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1489/2020 - Deputado Claudiano Martins Filho
Ementa: Institui o Programa Estadual Jovem Empreendedor Rural e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3764/2022 - Deputado William Brígido
Ementa: Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais localizados no âmbito do Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 08/2023 - Deputado Pastor Cleiton Collins
Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar o direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de ingressar e de permanecer em veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP), bem como em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de assistência emocional.

Projeto de Lei Ordinária nº 991/2023 - Deputada Rosa Amorim
Ementa: Obriga a presença de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras - em todos os eventos realizados no Estado de Pernambuco com expectativa de público superior a 100 (cem) pessoas.

Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2023 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Dispõe sobre a criação da Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras e Guias Intérpretes para Surdocegos, no âmbito do Estado de Pernambuco.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1236/2023, 2415/2024, 2701/2025 E 3346/2025.

Projeto de Lei Ordinária nº 1574/2024 - Deputado Jeferson Timoteo
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames médicos em vítimas de abuso sexual nos hospitais de referência vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 1901/2024 - Deputado Gilmar Júnior
Ementa: Altera a Lei nº 16.043, de 16 de maio de 2017, que dispõe sobre a prática de educação física adaptada aos alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito das escolas que indica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joel da Harpa, a fim de incluir terapias complementares para ampliar as atividades escolares de Educação Física nas unidades de ensino de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2375/2024 - Deputado Renato Antunes
Ementa: Dispõe sobre o “Expresso ENEM”, programa de transporte público especial para facilitar o acesso dos estudantes aos locais de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2554/2025 - Deputado Henrique Queiroz Filho
Ementa: Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição infantil às autoridades da área da saúde pública, assistência social e educação no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2023 - Deputados Rodrigo Novaes, Rodrigo Farias e Jarbas Filho
Ementa: Acresce o parágrafo único ao art. 234-A da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de garantir o fomento dos Centros Comunitários da Paz (Compaz), equipamentos urbanos multiuso, que propiciam acesso à cultura, esporte e lazer aos jovens, estimulando a cultura da paz, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 96/2023 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da atuação de cirurgião-dentista habilitado em Odontologia hospitalar em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais públicos do Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 112/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) dos Servidores Públicos em Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 197/2023 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, que torna obrigatória a aquisição de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino privado, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de atualizar a sua redação à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos de ensino públicos, para futuras aquisições de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas.

Projeto de Lei Ordinária nº 369/2023 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Institui o Regime Especial de Atendimento para pacientes vítimas de AVC (Acidente Vascular Cerebral), nos Serviços Públicos de Saúde de referência em cirurgia reconstrutiva, quando o dano físico necessite da realização de procedimento cirúrgico-reparador.

Projeto de Lei Ordinária nº 506/2023 - Deputado Pastor Cleiton Collins
Ementa: Dispõe sobre a criação do Centro de Convivência, que proporcionará atendimento aos idosos através de atividades associativas e produtivas, contribuindo para a autonomia, envelhecimento ativo e saudável, prevenção do isolamento social e aumento da renda própria, a ser construído na Região Metropolitana do Recife.

Projeto de Lei Ordinária nº 1935/2024 - Deputado Luciano Duque
Ementa: Institui a Campanha da Desconexão e dispõe sobre os efeitos nocivos do excesso de uso de telas.

Projeto de Lei Ordinária nº 3492/2025 - Deputado Sileno Guedes
Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com mercadorias de consumo popular que compõem a cesta básica de alimentos.

Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2025 - Deputada Rosa Amorim
Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de incluir na competência comum do Estado e dos Municípios a promoção da segurança alimentar e nutricional e o acesso à água potável.

Projeto de Lei Ordinária nº 489/2023 - Deputado Gilmar Júnior
Ementa: Determina a obrigatoriedade da realização de exame para identificar o hiperinsulismo congênito em crianças nascidas em maternidades e estabelecimentos hospitalares da Rede Pública de Saúde e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 507/2023 - Deputado Gilmar Júnior
Ementa: Obriga a Rede Pública Estadual de Saúde de Pernambuco realizar o mapeamento genético em mulheres com elevado risco de desenvolver o câncer de mama.

Projeto de Lei Ordinária nº 1874/2024 - Deputado Gilmar Júnior
Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências, a fim de ampliar a inserção social e a geração de emprego e renda através da coleta seletiva.

Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho
Ementa: Cria o Programa de Saúde Rural Itinerante do Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 861/2023 - Deputado Eriberto Filho
Ementa: Altera a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de ampliar o rol de beneficiários.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1402/2023, 3345/2025, 3740/2026 E 3979/2026.

Projeto de Lei Ordinária nº 1612/2024 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Institui a garantia de disponibilização da Atomoxetina, para tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), na Rede Pública de Saúde em Pernambuco, em consonância com a política estabelecida pelo Sistema Único de Saúde-SUS.

Projeto de Lei Ordinária nº 1657/2024 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Inclui no Programa de Prevenção e Combate à Dengue, o Método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e de outras Doenças Tropicais.

Projeto de Lei Ordinária nº 1890/2024 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Altera a Lei nº 18.094, de 28 de dezembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para as Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria dos Deputados Gustavo Gouveia e Tereza Leitão, a fim de inserir os pomaresurbanos.

Projeto de Lei Ordinária nº 1903/2024 - Deputada Dani Portela
Ementa: Altera a Lei nº 15.880, de 17 de agosto de 2016, que garante o direito à presença de doulas durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Zé Maurício; e a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de assegurar o acompanhamento por doulas, nas hipóteses de interrupção da gravidez previstas em lei.

Projeto de Lei Ordinária nº 2646/2025 - Deputado Cayo Albino
Ementa: Institui a Política Estadual de Acesso a Medicamentos de Alto Custo, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2979/2025 - Deputado Cayo Albino
Ementa: Altera a Lei nº 18.094, de 28 de dezembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para as Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Gouveia e da Deputada Teresa Leitão, para criar mecanismos que aproximem restaurantes e outras empresas do ramo alimentício das hortas comunitárias, permitindo a troca de resíduos orgânicos por produtos frescos ou benefícios.

Projeto de Lei Ordinária nº 2171/2024 - Deputado Gilmar Júnior
Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a logística reversa para painéis fotovoltaicos em Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2506/2025 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Determina a utilização da Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, para o atendimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA - nas unidades escolares estaduais de Pernambuco.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2530/2025 e 2847/2025

Projeto de Lei Ordinária nº 840/2023 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Institui o Programa de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas no âmbito Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2144/2024 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 17.665, de 10 de janeiro de 2022, que institui a Política de Enfrentamento ao Feminicídio no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de acrescentar novos objetivos e criar ações a serem implantadas na Política de Enfrentamento ao Feminicídio.

Projeto de Lei Ordinária nº 2231/2024 - Deputado Aglaílson Victor
Ementa: Altera a Lei nº 12.280, de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Aluno, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de assegurar profissional de apoio especializado aos alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, disgrafia e discalculia), e altas habilidades ou superdotação.

Projeto de Lei Ordinária nº 2965/2025 - Deputado Renato Antunes
Ementa: Altera a Lei nº 18.874, de 8 de maio de 2025, que proíbe os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco de nomear ou designar para cargos públicos e funções de confiança as pessoas condenadas pela prática dos crimes que especifica, originada de projeto de lei de autoria dos deputados Romero Sales Filho e Débora Almeida, a fim de incluir os crimes contra o patrimônio e a invasão de propriedade.

Projeto de Lei Ordinária nº 3956/2026 - Deputado Wanderson Florêncio
Ementa: Altera a Lei nº 17.665, de 10 de janeiro de 2022, que institui Política de Enfrentamento ao Feminicídio no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de prever a adoção do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como medida de prevenção ao feminicídio e estabelecer resposta prioritária do Estado nos casos de alto risco.

Projeto de Lei Ordinária nº 2234/2024 - Deputada Delegada Gleide Angelo
Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar, nos shoppings, museus e prédios comerciais com circulação diária de mais de 3.000 (três mil) pessoas, locais específicos, conhecidos como "salas de silêncio", "salas de acomodação sensorial" ou "salas de desaceleração", voltadas à pessoa com TEA.

Projeto de Lei Ordinária nº 2590/2025 - Deputado Joaquim Lira
Ementa: Dispõe sobre a realização de exame clínico/ortopédico para diagnóstico do Pé Torto Congênito (PTC) em recém-nascidos nas unidades hospitalares de Pernambuco e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 2658/2025 - Deputado Romero Albuquerque
Ementa: Altera a Lei nº 16.531, de 9 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a instalação de fraldários nos estabelecimentos comerciais e de serviços que indica, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, de autoria do Deputado Ricardo Costa, para estabelecer a obrigatoriedade da instalação de fraldários nos banheiros masculinos e femininos.

Projeto de Lei Ordinária nº 4037/2026 - Deputado Coronel Alberto Feitosa
Ementa: Proíbe a comercialização, a distribuição e a publicidade de quaisquer produtos destinados ao público infantojuvenil com apelo visual ou nominal de conotação sexual e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 2111/2024 - Deputada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 18.173, de 12 de junho de 2023, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Reeducação Reflexiva dos Autores de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir novos princípios, diretrizes e outras providências.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4019/2026

Projeto de Lei Ordinária nº 2249/2024 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Altera a Lei nº 18.107, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Criança e o Adolescente no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes com pais ou responsáveis vitimados por grave violência.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2771/2025.

Projeto de Lei Ordinária nº 560/2023 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Institui a Política Estadual de Detecção Precoce do Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária nº 654/2023 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Altera a Lei nº 16.714, de 26 de novembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) no conteúdo curricular dos cursos de formações de Policiais Civis, Militares, Bombeiros Militares e dos Delegados, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Albuquerque, a fim de dispor sobre o ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente, com enfoque no acolhimento às crianças e adolescentes vítimas ou filhos(as) de vítimas de violência.

Projeto de Lei Ordinária nº 1133/2023 - Deputado Eriberto Filho
Ementa: Dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado de Pernambuco, do Programa de Acolhimento e Capacitação para Pais ou Responsáveis de Pessoas Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 1697/2024, 1873/2024 e 3600/2025.

Projeto de Lei Ordinária nº 3595/2025 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, garante o direito da gestante à escolha da via de parto e à analgesia, no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de promover mais atenção aos cuidados obstétricos das mulheres negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

Projeto de Lei Ordinária nº 3596/2025 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 18.220, de 3 de julho de 2023, que institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Sales Filho, para estabelecer medidas de prevenção ao abandono escolar em razão de gravidez, maternidade ou parentalidade precoces.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3721/2026

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO ANTONIO COELHO - PRESIDENTE
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:	SUPLENTEs:
DEPUTADO DANNILO GODOY	DEPUTADO ABIMAEEL SANTOS
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA	DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO DIOGO MORAES	DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO ERIBERTO FILHO	DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI	DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO LUCIANO DUQUE	DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO	DEPUTADO ROMERO SALES FILHO
	DEPUTADO SILENO GUEDES
	DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

1. REUNIÕES

Durante o primeiro semestre de 2026, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou treze reuniões, sendo oito ordinárias, duas extraordinárias e três audiências públicas.

Reuniões	Quantidade	%
Reuniões ordinárias	8	61,5%
Reuniões extraordinárias	2	15,4%
Audiências públicas	3	23,1%
Total	13	100%

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

2.1. Proposições recebidas pela Comissão
Durante o primeiro semestre de 2026, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recebeu 230 proposições legislativas, sendo 223 projetos de lei ordinária, quatro projetos de lei complementar e três propostas de emenda à Constituição. Também foi recebido um veto.

Proposições	Quantidade	%
Projetos de lei ordinária	223	96,6%
Projetos de lei complementar	4	1,7%
Propostas de emenda à Constituição	3	1,3%
Veto	1	0,4%
TOTAL	231	100%

2.2.Proposições distribuídas ao relator
Das proposições recebidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, 206 foram distribuídas ao relator, sendo 192 distribuídas em reuniões próprias (como também o veto), cinco distribuídas durante reuniões plenárias e oito distribuídas por dependência (tramitação conjunta), restando, portanto, 25 proposições a serem distribuídas.

Distribuição ao relator	Quantidade	%
Em reunião da Comissão	193	83,5%
Em reunião plenária	5	2,2%
Por dependência (tramitação conjunta)	8	3,5%
Ainda sem distribuição ao relator	25	10,8%
TOTAL	231	100%

2.3.Proposições discutidas
Das proposições distribuídas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, 87 foram discutidas, sendo 85 projetos de lei ordinária, um projeto de lei complementar e uma proposta de emenda à Constituição. Também foi discutido o veto.

Proposições discutidas	Quantidade	%
Projetos de lei ordinária	85	96,7%
Projetos de lei complementar	1	1,1%
Propostas de emenda à Constituição	1	1,1%
Veto	1	1,1%
TOTAL	88	100%

2.4. Resultado da discussão
Das proposições discutidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, 86 receberam parecer pela aprovação e uma recebeu pela aprovação com alteração. O veto recebeu parecer pela rejeição.

Resultado da discussão	Quantidade	%
Parecer pela aprovação	86	97,8%
Parecer pela aprovação com alteração	1	1,1%
Parecer pela rejeição	1	1,1%
TOTAL	88	100%

3. DESTAQUES

Ao longo do semestre, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou eventos e deliberou sobre proposições de alta relevância, com destaque para os seguintes:

- Reunião Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2026, em atendimento à Sessão Legislativa Extraordinária convocada pela Governadora do Estado de Pernambuco e aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 7º, § 3º, inciso II, "a", da Constituição Estadual;
- Apresentação sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 3694/2026 (Projeto de alteração da Lei Orçamentária Anual de 2026 – Lei nº 19.127/2025), pelo Secretário de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional do Estado de Pernambuco, Exmo. Sr. Fabrício Marques Santos;
- Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2025 pelo Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, Exmo. Sr. Flávio Martins Sodré da Mota;
- Apresentação sobre o papel estratégico do IFPE e do IFSertãoPE no desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco, conduzida pelos seus respectivos Magníficos Reitores, Sr. José Carlos de Sá Júnior e Sr. Jean Carlos Coelho de Alencar;
- Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2026, de autoria do Deputado Junior Matuto: Altera o art. 101 da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de incluir as agências municipais de trânsito no rol de órgãos permanentes do Sistema de Segurança Pública;
- Projeto de Lei Ordinária nº 3693/2026, de autoria da Governadora do Estado: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A e com a Caixa Econômica Federal, com a garantia da União;
- Projeto de Lei Complementar nº 3933/2026, de autoria da Governadora do Estado: Dispõe sobre a atualização do valor do Piso Salarial dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino;
- Projeto de Lei Ordinária nº 3944/2026, de autoria da Governadora do Estado: Autoriza a concessão de auxílio-moradia emergencial, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias que se encontrem nas situações que indica;
- Projeto de Lei Ordinária nº 4035/2026, de autoria da Governadora do Estado: Altera a Lei nº 19.127, de 22 de dezembro de 2025, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2026;
- Projeto de Lei Ordinária nº 4072/2026, de autoria da Governadora do Estado: Autoriza a realização da transferência de recursos financeiros pelo Estado de Pernambuco da ordem R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) diretamente aos beneficiários residentes em Municípios abrangidos por Situação de Emergência, para a concessão do auxílio financeiro emergencial Auxílio Pernambuco.

4. REMANEJAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES

Durante os meses de março e maio de 2026, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação processou 997 solicitações de remanejamentos de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual de 2026, conforme quadro a seguir:

Mês	Quantidade	%
Março	590	59,2%
Maio	407	40,8%
Total	997	100,0%

5. QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CFOT – 2026.1

Atividades	Total
Reuniões ordinárias	8
Reuniões extraordinárias	2
Audiências públicas	3
Proposições recebidas	231
Proposições distribuídas	206
Proposições discutidas	88
Remanejamentos de emendas parlamentares	997

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPUTADO ANTONIO COELHO VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO FRANCÊ HACKER
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO NINO DE ENOQUE
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

SUPLENTE:

DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO RODRIGO FARIAS

Neste primeiro semestre de 2026, o colegiado apresentou uma redução nas suas atividades comparativamente a outros iguais períodos, decorrente, em especial, de fatores institucionais e circunstanciais, abaixo detalhado:

- Inicialmente pela tramitação de projetos no âmbito de convocação extraordinária concentrada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação;
- Posteriormente, pelo licenciamento do Presidente da Comissão, Deputado Waldemar Borges para tratamento de saúde.

1. REUNIÕES

No período analisado, foram agendadas três Reuniões Ordinárias, uma delas cancelada por falta de quórum, e as duas realizadas, presididas pelo Deputado Antonio Coelho, Vice-Presidente do colegiado, tendo sido apresentadas no total, proposições legislativas conforme abaixo:

- 161 proposições distribuídas;
- 68 proposições discutidas e votadas;
- 2 proposições com pedido de vista concedido;
- 2 proposições retiradas de pauta.

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foi realizada apenas uma audiência pública no referido período, presidida pelo Deputado Joaquim Lira, membro titular do colegiado:

- **Tema:** “PL da Tarifa Zero no Transporte Público: Um Instrumento de Justiça Social”.
- **Data:** 11 de março de 2026
- **Local:** Auditório Senador Sérgio Guerra
- **Solicitantes:** Deputado João Paulo e Deputada Rosa Amorim, coautores no requerimento aprovado pelo Colegiado.

A audiência teve como finalidade discutir a proposta de tarifa zero, a partir de uma iniciativa conjunta do mandato do Deputado João Paulo e da Deputada Rosa Amorim, através do Projeto de Lei nº 3616/2025, que estabelece as diretrizes para a implementação da Tarifa Zero em Pernambuco, especialmente na Região Metropolitana do Recife. Participaram da audiência, além dos Deputados solicitantes, representantes de associações de classe, de sindicatos e profissionais especialistas no tema.

3. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

- 291 recebidas
- 161 distribuídas
- 72 colocadas em discussão

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	2
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	159
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÃO DISCUTIDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	0
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	24
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	3
Subemendas	0
Substitutivos	45

4. PROPOSIÇÕES DE DESTAQUE

Dentre os projetos analisados, destacamos as seguintes proposições:

- **Projeto de Lei Ordinária nº 3944/2026, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco** (Ementa: Autoriza a concessão de auxílio-moradia emergencial, no âmbito do Estado de Pernambuco, para famílias que se encontrem nas situações que indica.);

- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2073/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho** (Ementa: Altera a Lei nº 18.359, de 27 de outubro de 2023, que institui a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno – Promoção 3D, no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização de publicações oficiais que estimulem a doação de sangue, órgãos, tecidos e leite materno.);

- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal, ao Projeto de Lei Ordinária nº 55/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel** (Ementa: Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de instituir medidas de promoção da justiça climática e de combate ao racismo ambiental.);

- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 1836/2024, nº 1839/2024 e nº 2535/2025 de autoria do Deputado Luciano Duque, Deputado Eriberto Filho e do Deputado William Brigido, respectivamente** (Ementa: Altera a Lei nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, que define medidas a serem tomadas pelos estabelecimentos privados de entretenimento localizados no Estado de Pernambuco, para fins de prevenção e combate à violência e importunação sexual, bem como para o acolhimento da pessoa em situação de risco ou vítima de violência ou importunação sexual, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joel da Harpa, a fim de incluir a previsão da instalação de Tendas Violetas nos eventos de grande porte.).

5. PARECERES

PARECERES	Total
Pela aprovação	68
Pela rejeição	0
Retirados de pauta	2
Pedidos de vistas	2

6. EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRESENTADOS PELA CAP

A colegiado apresentou ao longo do semestre um total de 9 proposições acessórias:

Emendas, Subemendas e Substitutivos apresentados	Total
Emendas	1
Subemendas	0
Substitutivos	8

A Comissão de Administração Pública encerra o primeiro semestre de 2026 atuando com transparência e eficiência na apreciação de projetos importantes em suas reuniões ordinárias e ouvindo a sociedade civil na audiência pública a fim de garantir mais conquistas à população.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

DEPUTADO EDSON VIEIRA - PRESIDENTE
DEPUTADO ABIMAEI SANTOS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO IZAIAS REGIS

SUPLENTE:

DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO ERIBERTO FILHO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO
DEPUTADA ROSA AMORIM

DADOS RELEVANTES:

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS

03 Reuniões Ordinárias realizadas
06 Reuniões Ordinárias canceladas

TOTAL DE PROJETOS, EMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRECIADOS

40 Projetos Aprovados, sendo:
23 Substitutivos apreciados
01 Emenda apreciada

PROJETOS DE LEI DE LEI APROVADOS NA COMISSÃO:

Os projetos de iniciativa do Poder Executivo, que tramitaram em Regime de Urgência, merecem destaque: o **Projeto de Lei Ordinária nº 4071/2026, de autoria do Poder Executivo**, que tem por objetivo 4071/2026, de autoria do Poder Executivo, que teve por objetivo instituir o Fundo de Proteção, Defesa Civil e Recuperação Ambiental de Pernambuco – FUNDPRA e alterar as Leis nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual, e nº 13.787, de 8 de junho de 2009, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC; e o **Projeto de Lei Ordinária nº 4072/2026, de autoria do Poder Executivo**, que teve por objetivo autorizar a realização da transferência de recursos financeiros pelo Estado de Pernambuco da ordem R\$ 8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais) diretamente aos beneficiários residentes em Municípios abrangidos por Situação de Emergência, para a concessão do auxílio financeiro emergencial Auxílio Pernambuco, com sua **Emenda Aditiva nº 01/2026, de autoria do Deputado Eriberto Filho**, que acresceu dispositivos ao Projeto de Lei nº 4072/2026, de autoria do Poder Executivo.

Entre os projetos de iniciativa dos Deputados, merecem destaque, quanto às proposições: a **Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2025, de autoria conjunta dos Deputados Romero Albuquerque, Álvaro Porto, Antônio Moraes, Coronel Alberto Feitosa, Pastor Cleiton Collins, Francismar Pontes, Waldemar Borges, Antonio Coelho, Delegada Gleide Angelo, Abimael Santos, Dannilo Godoy, Joãozinho Tenório, Nino de Enoque, Rodrigo Farias, Sileno Guedes, Junior Matuto e Cayo Albino**, que alterou o Capítulo IV - Do Sistema de Segurança Pública, da Constituição do Estado de Pernambuco; o **Projeto de Lei Ordinária nº 1260/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior**, que alterou a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que instituiu no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir o Programa "Capacitar e Reciclar para Incluir", aprovado nos termos do seu Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; o **Projeto de Lei Ordinária nº 1850/2024, de autoria do Deputado William Brigido**, que dispõe sobre a adoção de mecanismos sustentáveis de gestão das águas pluviais para fins de controle de enchentes e alagamentos, aprovado nos termos do seu Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; ; o **Projeto de Lei Ordinária nº 2582/2025, de autoria do Deputado Abimael Santos**, que determinou a obrigatoriedade de instalação de placas informativas nas entradas de cidades, acessíveis por rodovias estaduais, contendo o endereço e telefone do hospital de referência ou unidade de saúde do município, aprovado nos termos do seu Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; o **Projeto de Lei Ordinária nº 3411/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino**, que instituiu o Município de Bonito como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco; o **Projeto de Lei Ordinária nº 3602/2025, de autoria do Deputado João Paulo**, que instituiu o Município de Olinda como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco; o **Projeto de Lei Ordinária nº 3060/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros**, que instituiu a Política Estadual de Incentivo à Criação e Manutenção de Cinturões Verdes, no âmbito do Estado de Pernambuco, aprovado nos termos do seu Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; o **Projeto de Lei Ordinária nº 3564/2025, de autoria dos Deputados Joaquim Lira e João de Nadegi**, que institui a Comunidade Católica Canção Nova de Gravata como Área de Interesse Turístico Religioso no Estado de Pernambuco; e o **Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho**, que criou o Programa de Saúde Rural Itinerante do Estado de Pernambuco, aprovado nos termos do seu Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Quanto aos Substitutivos dos Projetos de Lei, merece destaque o seguinte, que reuniu em uma única norma o teor de 06 (seis) Projetos de Lei: o **Substitutivo nº 02/2026, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação**, aos **Projetos de Lei Ordinárias Desarquivados nºs 3490/2022, de autoria do Deputado Antonio Coelho e 3502/2022, de autoria do Deputado Antonio Coelho** e aos **Projetos de Lei Ordinárias nºs 701/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, 2518/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, 2519/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim e 2547/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes**, sobre situações de desastres naturais, áreas de riscos, sistemas enfrentamento e alertas no Estado de Pernambuco.

RESUMO
PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NA 4ª COMISSÃO EM 2025:

Total de Projetos na Comissão	158
Total de Projetos de Emenda à Constituição	02
Total de Projetos Desarquivados	04
Total de Projetos provenientes dos Deputados	156
Total de Projetos provenientes do Poder Executivo	02
Total de Projetos provenientes do Poder Judiciário	00
Total de Projetos Arquivados por Rejeição ou Requerim.	15
Total de Projetos Aprovados	40

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

DEPUTADO RENATO ANTUNES- PRESIDENTE

TITULARES:	SUPLENTEs:
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA	DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT	DEPUTADO JARBAS FILHO
DEPUTADO KAIO MANIÇOBA	DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
	DEPUTADA ROSA AMORIM
	DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

1. REUNIÕES

As reuniões promovidas pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer constituem um dos principais instrumentos de atuação do Poder Legislativo na análise das políticas públicas e das proposições relacionadas à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer em Pernambuco. Esses encontros possibilitam o debate qualificado das matérias em tramitação, a fiscalização das ações governamentais e a construção de soluções legislativas alinhadas às necessidades da população pernambucana.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Comissão realizou reuniões ordinárias e extraordinárias, além de audiências públicas e outros eventos institucionais destinados à discussão de temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado. As atividades foram conduzidas em observância ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa e pautadas pelo diálogo, pela transparência e pela ampla participação dos diversos segmentos da sociedade.

1.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS

As reuniões ordinárias representam o espaço permanente de deliberação da Comissão, no qual são distribuídas, discutidas e votadas as proposições submetidas à sua apreciação. Nesses encontros também são apreciados pareceres, analisados requerimentos e debatidos assuntos de interesse das áreas temáticas de competência da CECEL, assegurando que cada matéria receba exame técnico e legislativo criterioso.

No primeiro semestre de 2026, foram realizadas as seguintes reuniões ordinárias:

- 1.1.1. Reunião Ordinária de 03 de março de 2026;
- 1.1.2. Reunião Ordinária de 24 de março de 2026;
- 1.1.3. Reunião Ordinária de 31 de março de 2026;
- 1.1.4. Reunião Ordinária de 14 de abril de 2026;
- 1.1.5. Reunião Ordinária de 12 de maio de 2026;
- 1.1.6. Reunião Ordinária de 26 de maio de 2026;
- 1.1.7. Reunião Ordinária de 09 de junho de 2026;
- 1.1.8. Reunião Ordinária de 16 de junho de 2026.

As reuniões ordinárias refletem o compromisso da Comissão com o diálogo democrático, a transparência e a construção de soluções voltadas às necessidades da população pernambucana. A diversidade de temas debatidos ao longo do semestre demonstra a amplitude da atuação da CECEL e sua permanente disposição para aperfeiçoar a legislação estadual e acompanhar a implementação das políticas públicas em suas áreas de competência.

Cada reunião representa, portanto, uma oportunidade de fortalecer a atuação parlamentar, promovendo decisões fundamentadas, responsáveis e alinhadas aos desafios do Estado de Pernambuco. É por meio desse trabalho contínuo que a Comissão contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a construção de uma legislação que produza resultados concretos na vida dos pernambucanos.

2. A COMISSÃO NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação da Comissão vai além da apreciação de proposições legislativas. Ao longo do semestre, o colegiado fortaleceu sua presença nos principais espaços de discussão das políticas públicas, promovendo audiências públicas, escutas parlamentares e reuniões institucionais, além de participar de agendas estratégicas com órgãos estaduais e federais.

A Comissão também exerceu atribuições relevantes relacionadas à valorização do patrimônio cultural pernambucano, participando do processo de indicação ao Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco, uma das mais importantes políticas de preservação da memória, da identidade e das tradições culturais do Estado.

Essa atuação reafirma o compromisso da CECEL com o diálogo, a cooperação entre as instituições e a construção de aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação, da cultura, do esporte e do lazer, ampliando a presença do Poder Legislativo nos espaços de debate, articulação e acompanhamento das ações de interesse da sociedade pernambucana.

2.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas constituem um dos mais importantes instrumentos de participação democrática do Poder Legislativo. Sob a presidência do Deputado Estadual Renato Antunes, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer reafirmou seu compromisso com a escuta democrática e com o fortalecimento do diálogo institucional, promovendo espaços abertos à participação de representantes do poder público, instituições de ensino, órgãos de controle, entidades da sociedade civil, especialistas, movimentos sociais e demais segmentos diretamente relacionados aos temas em debate.

Ao assegurar a ampla participação de diferentes representações sociais, a Comissão fortalece a transparência, amplia a legitimidade das discussões e contribui para que a atividade legislativa seja construída a partir de diferentes perspectivas e experiências. Essa atuação reafirma o compromisso da CECEL com um Parlamento acessível, aberto ao diálogo, respeitoso da pluralidade de ideias e comprometido com a construção de políticas públicas voltadas ao interesse público.

Audiências públicas promovidas pela CECEL

2.1.1 Audiência Pública: 29 de abril de 2026

Tema: Regulamentação das funções do Assistente Terapêutico Escolar e do Profissional de Apoio Escolar, bem como o estabelecimento de diretrizes para o Plano Educacional Individualizado (PEI).

2.1.2 Audiência Pública: 17 de junho de 2026

Tema: Rua da Guia: Território da Jurema e Patrimônio Ancestral de Pernambuco.

Participação institucional

Além das audiências promovidas pela Comissão, a CECEL também esteve presente em debates realizados por outras instituições, contribuindo com sua experiência legislativa e fortalecendo o diálogo interinstitucional sobre temas relacionados às suas áreas de competência.

2.1.3 Participação em Audiência Pública promovida pelo Ministério Público de Pernambuco: 11 de junho de 2026

Tema: Educação Especial e Inclusiva nas Escolas Particulares do Recife.

2.2 ESCUTAS PARLAMENTARES

As escutas parlamentares constituem um importante instrumento de diálogo entre a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e a sociedade pernambucana. Por meio desses encontros, cidadãos, representantes de categorias profissionais, instituições, entidades e movimentos sociais têm a oportunidade de apresentar demandas, compartilhar experiências e contribuir para o debate de temas relacionados às áreas de competência da Comissão.

Ao promover esses espaços de participação, a CECEL consolida seu compromisso com uma atuação democrática, transparente e sensível às necessidades da população. Mais do que ouvir reivindicações, a Comissão busca escutar para que o colegiado possa legislar melhor, fortalecendo a atividade parlamentar por meio do diálogo qualificado, da escuta ativa e da construção coletiva de soluções. Essa aproximação amplia a compreensão dos desafios enfrentados pelos diversos segmentos da sociedade e contribui para que as ações legislativas estejam cada vez mais alinhadas aos anseios da população pernambucana.

Escutas parlamentares promovidas pela CECEL

2.2.1 Escuta Parlamentar: 18 de março de 2026

Tema: Comissão de Professores de Educação Especial e Educação Musical aprovados no concurso público de 2023.

2.2.2 Escuta Parlamentar: 1º de abril de 2026

Tema: Representantes do Movimento das Altas Habilidades/Superdotação (MAPA) e mães de estudantes com altas habilidades e superdotação.

2.2.3 Escuta Parlamentar: 27 de abril de 2026

Tema: Comissão de Professores e Profissionais da Educação Aposentados da Prefeitura da Cidade do Recife.

2.2.4 Escuta Parlamentar: 28 de abril de 2026

Tema: Associação dos Professores Contratados de Pernambuco (ASPROPE).

2.2.5 Escuta Parlamentar: 9 de junho de 2026

Tema: Debate sobre as implicações do Projeto de Lei nº 1.007/2025, de autoria da Deputada Federal Clarissa Tércio.

2.3 DIÁLOGOS CULTURAIS

O Seminário “Diálogos Culturais” representa uma iniciativa inovadora da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer voltada ao fortalecimento da participação social e à valorização da cultura como patrimônio vivo do povo pernambucano. Mais do que um evento, o projeto foi concebido para aproximar o Parlamento dos diversos agentes culturais do Estado, promovendo a circulação de informações, a troca de experiências e o diálogo permanente entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Em sua segunda edição, realizada no dia 16/04, os Diálogos Culturais reuniram com a Secretária de Cultura do estado de Pernambuco, Sra. Cacau de Paula, representantes da Secretaria de Cultura, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC-PE), artistas, produtores culturais, mestres da cultura popular, pesquisadores, estudantes, professores, assessores parlamentares e representantes da sociedade civil em torno de um objetivo comum: ampliar o conhecimento sobre o processo de indicação ao Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco e incentivar uma participação cada vez mais qualificada e representativa. A iniciativa contribuiu para democratizar o acesso às informações, esclarecer os procedimentos previstos na legislação estadual e fortalecer o reconhecimento da cultura como elemento essencial da identidade, da memória e da história de Pernambuco.

Ao promover esse espaço de formação, orientação e diálogo, a Comissão demonstra, mais uma vez, o seu compromisso com a preservação do patrimônio cultural pernambucano e com o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o reconhecimento e a valorização daqueles que mantêm vivas as tradições, os saberes e as manifestações culturais que constituem a riqueza do nosso Estado.

2.4 Participação da CECEL no processo de indicação ao Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco

A Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer desempenhou papel relevante no processo de indicação ao Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco, exercendo uma das atribuições conferidas à Assembleia Legislativa pela legislação estadual. Ao longo do semestre, a Comissão coordenou o recebimento das candidaturas, acompanhou a instrução dos processos e promoveu a análise técnica da documentação apresentada, observando os critérios legais e regulamentares que orientam essa importante política de preservação da cultura pernambucana.

Esse trabalho foi conduzido com responsabilidade, transparência e rigor técnico, assegurando tratamento isonômico a todas as indicações recebidas. Esse processo fortaleceu o compromisso da Comissão com a valorização dos mestres e mestras da cultura popular, reconhecendo a importância daqueles que preservam e transmitem os saberes, as tradições e as manifestações que compõem o patrimônio imaterial de Pernambuco.

Concluída a análise das candidaturas, a Comissão formalizou, em 29 de abril de 2026, o encaminhamento da indicação de competência da Assembleia Legislativa à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), contribuindo para o processo estadual de seleção do Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco. Esse encaminhamento reafirma o compromisso da CECEL com a preservação da memória, da identidade cultural e da diversidade de expressões que enriquecem o patrimônio cultural pernambucano.

O diálogo permanente estabelecido pela Comissão com instituições públicas, entidades representativas e diferentes segmentos da sociedade ampliou sua inserção em espaços estratégicos de planejamento e governança das políticas públicas educacionais. Essa trajetória consolidou a CECEL como uma instância de interlocução qualificada entre o Poder Legislativo e os diversos atores responsáveis pela construção, pelo acompanhamento e pelo aperfeiçoamento da educação em Pernambuco.

2.5 Participação na Comissão Gestora do Plano Estadual de Educação

A elaboração do novo Plano Estadual de Educação constitui uma das iniciativas mais relevantes para o futuro da educação pernambucana. O documento definirá as diretrizes, metas e estratégias que orientarão o sistema educacional do Estado durante o decênio 2026–2036, abrangendo a educação pública e privada, em todas as etapas e modalidades de ensino, e servirá como referência para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas educacionais nos próximos dez anos.

Nesse contexto, a participação da Presidência e da Coordenação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer na Comissão Gestora do Plano Estadual de Educação representa a inserção da Assembleia Legislativa no processo de elaboração desse instrumento estratégico desde sua fase inicial. A presença da Comissão nesse colegiado permite que a experiência legislativa, o diálogo permanente com a comunidade educacional e as contribuições apresentadas pela sociedade integrem as discussões que antecedem a futura apreciação do Plano pelo Poder Legislativo.

Os trabalhos da Comissão Gestora tiveram início no exercício anterior e prosseguiram ao longo de 2026, com reuniões técnicas realizadas, entre outros momentos, nos meses de maio e junho, assegurando a continuidade das discussões e o acompanhamento das etapas de construção do novo Plano Estadual de Educação. Essa participação permanente evidencia o compromisso da CECEL com um processo de planejamento educacional conduzido de forma colaborativa, técnica e participativa, em benefício das futuras gerações de pernambucanos.

2.6 Participação no Fórum Estadual de Educação

A representação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no Fórum Estadual de Educação consolidou a presença da Assembleia Legislativa em uma das principais instâncias de articulação das políticas educacionais de Pernambuco. O Fórum reúne órgãos públicos, instituições de ensino e entidades representativas, constituindo-se em um espaço permanente de diálogo, cooperação e acompanhamento das ações voltadas ao desenvolvimento da educação no Estado.

Como integrante desse colegiado, a Presidência da CECEL acompanhou reuniões de trabalho, debates técnicos e atividades de monitoramento relacionadas à elaboração do novo Plano Estadual de Educação. Nesse contexto, participou das reuniões e formações promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), voltadas à orientação metodológica para a construção do Plano, bem como dos encontros de acompanhamento e avaliação realizados durante o processo de elaboração.

Essa atuação proporcionou à Comissão uma participação contínua nas discussões que fundamentam o planejamento da educação pernambucana, aproximando o Poder Legislativo das instâncias responsáveis pela formulação, coordenação e acompanhamento das políticas educacionais. A interlocução estabelecida nesses espaços amplia a capacidade da CECEL de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação e para o fortalecimento de uma educação pública orientada pelo planejamento, pela participação social e pela cooperação institucional.

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA CECEL – 1º. SEMESTRE DE 2026

Os quadros a seguir apresentam, de forma consolidada, os principais indicadores da atuação institucional e legislativa desenvolvida no semestre.

3.1. Atuação institucional

Audiências Públicas promovidas pela CECEL	2
Representação institucional em Audiência Pública	1
Escutas Parlamentares	5
Seminário “Diálogos Culturais”	1
Reuniões da Comissão Gestora do Plano Estadual de Educação	4
Reuniões do Fórum Estadual de Educação	2
Reuniões técnicas promovidas pelo Ministério da Educação	2

3.2 Atividade legislativa

Reuniões Ordinárias	8
Proposições distribuídas	204
Proposições discutidas	106
Proposições aprovadas	120
Proposições retiradas de pauta / Pedido de Vista	16

Durante o primeiro semestre de 2026, a Comissão distribuiu 204 proposições para apreciação e discutiu 106 matérias em suas reuniões ordinárias. Ao longo das deliberações, 136 proposições receberam parecer favorável por unanimidade. Desse total, 16 matérias foram retiradas de pauta ou tiveram sua apreciação suspensa em razão de pedido de vista, mecanismo regimental que assegura aos parlamentares prazo adicional para análise. Assim, o resultado final dos trabalhos da Comissão no período corresponde à aprovação de 120 proposições, refletindo as deliberações efetivamente concluídas pelo colegiado.

4. PALAVRA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

“Escutar com responsabilidade é o primeiro passo para legislar com consciência. Quando o Parlamento se aproxima da sociedade, as leis deixam de ser apenas textos normativos e passam a refletir as necessidades reais das pessoas.” – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da ALEPE

O primeiro semestre de 2026 representa um período de consolidação e amadurecimento institucional da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Além de apresentar resultados quantitativos, este relatório registra uma forma de atuação que busca aproximar o Poder Legislativo da sociedade, fortalecer o diálogo entre as instituições e contribuir, de maneira efetiva, para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano, social e cultural do nosso Estado.

Desde o início desta Presidência, assumimos o compromisso de conduzir os trabalhos da Comissão com equilíbrio, responsabilidade e rigor técnico, compreendendo que a função parlamentar não se esgota na apreciação das proposições submetidas ao colegiado. Cada parecer emitido, cada audiência pública realizada, cada escuta parlamentar promovida e cada agenda institucional representaram oportunidades de compreender, com maior profundidade, os desafios enfrentados pelos diversos segmentos da sociedade pernambucana e de transformar essa escuta em ação legislativa qualificada.

Esse compromisso também inspirou a criação do Seminário Diálogos Culturais, iniciativa concebida pela Coordenação da CECEL, para ampliar a interlocução entre o Parlamento e os agentes da cultura pernambucana. O seminário nasceu da convicção de que a preservação da memória, da identidade e das manifestações culturais exige espaços permanentes de participação e construção coletiva. Ao reunir artistas, produtores culturais, pesquisadores, estudantes, professores, representantes de instituições e da sociedade civil, a Comissão contribuiu para democratizar o acesso às informações relacionadas ao Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco e fortalecer uma política pública essencial para a valorização do patrimônio cultural do nosso Estado.

Entretanto, o marco institucional mais significativo deste semestre foi a participação da Presidência da Comissão na Comissão Gestora responsável pela elaboração do novo Plano Estadual de Educação. Pela primeira vez, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer passou a integrar, desde a fase inicial de elaboração, o processo de construção do principal instrumento de planejamento da educação pernambucana para o decênio 2026 - 2036.

Essa participação representa um avanço institucional de grande relevância para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Ao integrar a Comissão Gestora, a CECEL levou para esse espaço a experiência acumulada no acompanhamento das políticas educacionais, as contribuições recebidas da comunidade escolar, das instituições de ensino, dos profissionais da educação e das entidades representativas, permitindo que o Poder Legislativo colaborasse diretamente na definição das diretrizes, metas e estratégias que orientarão a educação do Estado na próxima década. Da mesma forma, a integração ao Fórum Estadual de Educação ampliou a presença institucional da Comissão nos espaços permanentes de discussão, monitoramento e avaliação das políticas educacionais. As reuniões promovidas pelo Ministério da Educação, os momentos de orientação técnica e as etapas de acompanhamento do processo de elaboração do Plano proporcionaram à Comissão uma visão abrangente dos desafios contemporâneos da educação brasileira, fortalecendo sua capacidade de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação e para a construção de políticas públicas fundamentadas em planejamento, cooperação institucional e participação social.

Os números apresentados neste relatório traduzem um semestre de intensa atividade legislativa. Contudo, o maior resultado alcançado não pode ser mensurado apenas pela quantidade de proposições apreciadas ou pelas reuniões realizadas. Ele se revela na capacidade da Comissão de estabelecer pontes entre o Parlamento e a sociedade, de aproximar diferentes instituições em torno de objetivos comuns e de participar, de forma responsável e qualificada, dos processos que definirão o futuro da educação e da cultura em Pernambuco.

Nenhuma dessas conquistas seria possível sem a dedicação dos parlamentares que integram esta Comissão, dos servidores da Assembleia Legislativa, da equipe técnica da CECEL e das inúmeras instituições públicas e privadas, entidades representativas e cidadãos que aceitaram construir conosco uma agenda permanente de diálogo e cooperação. A todos, registro meu sincero reconhecimento e agradecimento.

Seguiremos exercendo nosso mandato com serenidade, responsabilidade e absoluto respeito ao interesse público. Permaneceremos atentos às transformações da sociedade, comprometidos com a valorização da educação, da cultura, do esporte e do lazer, certos de que o fortalecimento dessas áreas representa um investimento permanente no desenvolvimento de Pernambuco e na formação das futuras gerações.

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES

DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - PRESIDENTE
DEPUTADO SILENO GUEDES - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

SUPLENTE:
DEPUTADO ERIBERTO FILHO
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

1. REUNIÕES: 01

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	01
Escutas Técnicas	02
Total de Projetos Recebidos para Análise	55
• Projeto de origem do Poder Legislativo	55
• Total de Projetos Distribuídos	38
• Total de Projetos à Distribuir	17
• Total de Proposições Aprovadas	11

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: 01

2.1 Tema: Transporte público gratuito para mães atípicas.

Data: 06/05/2026

Local: Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra.

Objetivos: debater a criação de gratuidade no transporte público para mães e pais atípicos, permitindo que circulem sem a presença obrigatória dos filhos com deficiência. Destacar o Projeto de Lei nº 3909/2026, que busca corrigir uma exclusão social que impede cuidadores de resolverem demandas essenciais de saúde e educação por falta de recursos para passagens.

3. ESCUTAS À SOCIEDADE – quantidade 04;

Ao longo deste semestre de atividades foram promovidas escutas com cidadãos nas seguintes temáticas:

- Fibromialgia e aplicação da Lei 15.176/2025 que institui o Programa Nacional de Orientação e Proteção às Pessoas com Fibromialgia;
- Atenção à mãe atípica em casas de proteção para mulheres;
- Proposta de aplicativo de mobilidade para pessoa com deficiência visual em transportes públicos;
- A atual situação dos agentes de apoio ao desenvolvimento escolar especial.

4. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS – quantidade 06;

Data: 13 de abril de 2026.

Evento: 1º Encontro Regional de Advocacy – Vozes que conectam.

Instituição: Associação de Doenças Neuromusculares de Pernambuco (Donem).

Local: Auditório do Novotel Marina.

Data: 29 de abril de 2026.

Evento: Audiência pública sobre apoio a estudantes TEA em escolas públicas.

Instituição: Assembleia Legislativa de Pernambuco – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Local: Auditório Ênio Guerra.

Data: 30 de abril de 2026.

Evento: 2º Fórum Intersetorial de Cuidado Integral à Pessoa com TEA e demais Neurodiversidades.

Instituição: Secretaria Estadual de Saúde.

Local: Auditório da Secretaria Estadual de Saúde.

Data: 13 de maio de 2026.

Evento: 2º Simpósio sobre Fibromialgia.

Instituição: Assembleia Legislativa de Pernambuco – Comissão de Saúde e Assistência Social.

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra.

Data: 11 de junho de 2026.

Evento: Audiência pública sobre educação especial, em uma perspectiva inclusiva, nas escolas particulares do Recife.

Instituição: Ministério Público de Pernambuco.

Local: Centro Cultural Rossini Alves Couto.

Data: 20 de junho de 2026.

Evento: Mostra TechDesign, com projetos que buscam soluções para desafios do mundo real para pessoas com deficiência e com neurodivergentes.

Instituição: CESAR School.

Local: Unidade Brum e Unidade Tiradentes da CESAR School.

5. PROPOSIÇÕES EM DESTAQUE – quantidade 05;

1 - Substitutivo nº 01/2026 (Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS): Este substitutivo (ao Projeto de Lei Ordinária nº 1000/2023, de autoria do deputado João Paulo Costa; ao Projeto de Lei Ordinária nº 1236/2024, de autoria do deputado Abimael Santos; ao Projeto de Lei Ordinária nº 2415/2024, de autoria do deputado Pastor Júnior Tércio; Projeto de Lei Ordinária nº 2701/2025, de autoria do deputado Álvaro Porto; e Projeto de Lei Ordinária nº 3346/2025, de autoria do deputado João de Nadeqi), institui a Política Estadual sobre a utilização da LIBRAS no âmbito de Pernambuco. Sua aprovação unânime representa um marco para a cidadania e a inclusão comunicativa da comunidade surda no estado;

2 - Substitutivo nº 01/2026 (Acessibilidade pedagógica e TEA): Este substitutivo (ao Projeto de Lei Ordinária nº 2506/2025, de autoria do deputado Gilmar Júnior; ao Projeto de Lei Ordinária nº 2530/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo; e Projeto de Lei Ordinária nº 2847/2025, de autoria do deputado João de Nadeqi), altera a Lei nº 15.487/2015 para assegurar a acessibilidade à comunicação e o uso de estratégias, materiais e recursos pedagógicos adequados no atendimento educacional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O impacto é direto na garantia do direito à educação efetiva para estudantes neuroatípicos;

3 - Substitutivo nº 01/2026 (Diabetes Mellitus tipo 1 como PcD): Este substitutivo (ao Projeto de Lei Ordinária nº 3546/2025, de autoria do deputado Sileno Guedes), estabelece que a pessoa com Diabetes Mellitus tipo 1 seja considerada pessoa com deficiência, desde que se enquadre nos conceitos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015). Isso expande significativamente o acesso desse grupo a direitos e políticas públicas de inclusão;

4 - Substitutivo nº 01/2025 (Prioridade para Mães Atípicas): Este substitutivo (ao Projeto de Lei Ordinária nº 2585/2025, de autoria do deputado Henrique Queiroz Filho), altera a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora para estabelecer prioridade nas ações e programas às mães atípicas. O impacto social é relevante ao fortalecer o suporte econômico e a rede de apoio para as mulheres que cuidam de pessoas com deficiência ou neurodivergência;

5 - Substitutivo nº 01/2026 (Acessibilidade para Deficientes Visuais): Este substitutivo (ao Projeto de Lei Ordinária nº 2570/2025, de autoria do deputado Romero Albuquerque) garante o atendimento adaptado às pessoas com deficiência visual em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e em seus canais de atendimento ao cidadão. A medida promove a autonomia e elimina barreiras físicas e digitais no acesso a serviços públicos.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

DEPUTADA ROSA AMORIM - PRESIDENTE
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO FRANCE HACKER
DEPUTADO JARBAS FILHO
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

SUPLENTE:
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT
DEPUTADO LUCIANO DUQUE
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

1. Reuniões:

1.1 Reuniões Ordinárias: 01

Distribuição e Discussão de Projetos

• REUNIÕES ORDINÁRIAS:

Nº	Data	resumo
1	17 de março de 2026.	Plenarinho I - Alepe - Reunião ordinária, com o objetivo de distribuir e discutir projetos de leis.

2. Audiências Públicas: 03

2.1 AP CMASPA 29.04.2026 em conjunto com a CCDHPP. Realizada no dia 29 de abril de 2026, às 9h, na Câmara de Vereadores de Floresta PE.

Tema: “Água, Território e Direitos: Diálogo Público sobre os impactos dos grandes empreendimentos nas comunidades do Sertão do São Francisco.”

2.2 AP CMASPA 11/05/2026, realizada no dia 11 de maio de 2026, às 10h, no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar – Alepe.

Tema: “Soluções para contenção do avanço do mar na Região Metropolitana do Recife (RMR)”

2.3 AP CMASPA 15/06/2026, realizada no dia 15 de junho de 2026, às 09h, no Plenarinho III, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar – Alepe.

Tema: “Os efeitos do El Niño em Pernambuco”

3. Seminários, Debates, Fóruns, Visitas Técnicas e Escutas públicas:

3.1 Semana do Meio Ambiente 2026 na ALEPE – “Democracia em Tempos de Crise Ambiental: Justiça socioambiental e participação popular na construção de soluções climáticas”.

A semana foi dedicada à reflexão, diálogo e ação em prol do meio ambiente em Pernambuco, reunindo autoridades, sociedade civil, movimentos sociais e estudantes em uma programação diversificada e urgente, alinhada com os desafios da emergência climática.

A abertura ocorreu com o Seminário "Grandes Empreendimentos e Justiça Socioambiental em Pernambuco", que debateu os cenários atuais e as estratégias necessárias para enfrentar a crise socioambiental.

3.2 SEMINÁRIO CMASPA 1º/06/2026, as 10h no Auditório Sérgio Guerra - ALEPE

Tema: “Grandes Empreendimentos e Justiça Socioambiental em Pernambuco”.

3.3 DEBATE CMASPA 1º/06/2026, realizado no dia 1 de junho de 2026, às 15h, no centro de ensino e graduação em exatas e da natureza (CEGEN), na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Tema: “Direito à Natureza e seus Povos: Caminhos para Enfrentar a Crise Ambiental”

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CMASPA – 1º Semestre de 2026

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias	01
Audiências Públicas	03
Total de Projetos Recebidos para Análise	62
Total de Projetos Distribuídos	31
Total de Proposições Aprovados	14
• Projeto de Lei Ordinária	02
• Substitutivos	12
• Emendas	01
Proposições Retiradas de Pauta	00

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPUTADO LUCIANO DUQUE - PRESIDENTE
DEPUTADO NINO DE ENOQUE - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO
DEPUTADO DORIEL BARROS

SUPLENTES:
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO KAIO MANIÇOBA
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
DEPUTADA ROSA AMORIM

1. Reuniões: 2
1.1 Reuniões Ordinárias: 02
Reunião Ordinária realizada no dia 3 de março
Reunião Ordinária realizada no dia 16 de junho

2. Audiências Públicas: 02
2.1 O Canal do Sertão
Data: 05/05/2026
Local: Alepe - Auditório Ênio Guerra.
Objetivos: Debater questões relacionadas ao Canal do Sertão.
Discutindo assim, o futuro e o desenvolvimento do sertão de Pernambuco e para isso é preciso estrutura, planejamento e, principalmente, decisão política. Sendo assim, o propósito desta Audiência Pública foi ouvir, reunir ideias e apontar caminhos concretos para o Canal do Sertão
Demandas e Encaminhamentos: a criação de uma Comissão Especial de acompanhamento em defesa do canal do sertão, para que este debate seja aprofundado com a presença de outros atores,visando um diálogo mais amplo.

2.2 O risco sanitário da importação de tilápia do Vietnã.
Data: 07/05/2026
Local: Alepe – Auditório Sérgio Guerra
Objetivos: Debater questões relacionadas ao risco sanitário da importação de tilápia do Vietnã. O debate é de extrema importância para Pernambuco e para o Brasil, pois a autorização da comercialização dos pescados vindos do Vietnã gera preocupação sobre os riscos sanitários e impactos econômicos que podem ser gerados. Uma vez que o Vietnã é uma área de circulação do vírus TILV (vírus do lado da tilápia), que causa uma doença devastadora, uma ameaça à aquicultura.
Nesta Audiência Pública foi apresentado o Projeto de Lei Ordinária nº 4052/2026, de autoria do Deputado Estadual Luciano Duque que estabelece requisitos de origem e conformidade sanitária para a comercialização de pescado estrangeiro em Pernambuco.
Demandas e Encaminhamentos: acatando a sugestão da Deputada Débora Almeida, foi solicitada a criação uma Comissão Especial de acompanhamento para proteção da cadeia produtiva da tilápia pernambucana, para que junto ao Governo do Estado possam encaminhar soluções.

3. Projeto destacado discutido pela CAPDR em 2026

3.1 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça à Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim
(Ementa: Altera integralmente a redação da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2025 a fim de incluir na competência comum do Estado e dos Municípios a promoção da segurança alimentar e nutricional e o acesso à água potável)

3.2 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1785/2024, de autoria do Deputado William Brígido
(Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nº 1785/2024 e 3572/2025 que proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada para venda como leite fluido no Estado de Pernambuco e estabelece sanções aos infratores);
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3572/2025
Projeto de Lei Ordinária nº 3572/2025, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó e outros derivados lácteos de origem importada em Pernambuco e dá outras providências)

3.3 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3385/2025, de autoria do Deputado Jarbas Filho
(Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3385/2025, de autoria do Deputado Jarbas Filho que Institui o Programa de Infraestrutura Rural Sustentável para recuperação e manutenção de estradas vicinais com técnicas de baixo impacto ambiental no Estado de Pernambuco e dá outras providências);

3.4 Projeto de Lei Ordinária nº 3184/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Reaproveitamento de Subprodutos, Resíduos e Excedentes Agroindustriais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências)

3.5 Projeto de Lei Ordinária nº 3506/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo
(Ementa:Altera a Lei nº 15.590, de 21 de setembro de 2015, que institui a Política Estadual da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco, a fim de incluir, dentre as diretrizes, a criação de parcerias para o fornecimento de protetores solares aos pescadores artesanais e às marisqueiras)

3.6 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 3764/2022, de autoria do Deputado William Brígido (Desarquivado)
(Ementa: Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais localizados no âmbito do Estado de Pernambuco)

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CAPDR – 2026.1

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	02
Audiências Públicas	02
Grupo de Trabalho	00
Projetos Recebidos e distribuídos para Análise	19
Proposições Aprovadas	26
• Projeto de Lei Ordinária	03
• Substitutivos	22
• Emendas	01
Proposições Retiradas de Pauta	00
Projetos Rejeitados	00

1. Reuniões Ordinárias:
No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Saúde e Assistência Social realizou três reuniões ordinárias, nas quais foram apreciadas matérias legislativas de relevante interesse para as áreas da saúde e da assistência social. Durante os trabalhos, foram distribuídas 164 proposições, discutidas 66 matérias e aprovadas 66 proposições, sem registro de rejeições, evidenciando elevado índice de consenso entre os parlamentares e compromisso com o aprimoramento da legislação estadual. As reuniões também permitiram a deliberação de pareceres, a análise de substitutivos e emendas, além da definição de encaminhamentos relacionados às atividades fiscalizatórias e aos eventos promovidos pela Comissão no decorrer do semestre.

Reunião	Total
Reuniões Ordinárias	3

2. Audiências Públicas e Simpósios:
A Comissão promoveu, no período, oito audiências públicas e um simpósio, consolidando sua atuação como espaço permanente de diálogo entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, especialistas, profissionais, entidades representativas e a sociedade civil. Os eventos abordaram temas estratégicos para a saúde e a assistência social em Pernambuco, contemplando o acompanhamento da gestão estadual da saúde por meio das audiências quadrimestrais de prestação de contas, além de debates sobre saúde mental, doenças renais, doença de Chagas, envelhecimento, doenças raras e fibromialgia. Também foram discutidos temas relacionados à valorização da pessoa idosa e aos impactos sociais decorrentes da demora na convocação de candidatos aprovados em concursos públicos. As discussões contribuíram para ampliar a participação social, subsidiar a atuação parlamentar e identificar propostas voltadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas e ao fortalecimento da rede estadual de saúde e assistência social. Os eventos realizados abordaram os seguintes temas:

2.1Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2025 – Audiência com finalidade de promover a transparência da gestão pública, por meio da apresentação e análise dos indicadores e ações executadas no setor de saúde no período;
Data: 04.03.2026
Local: Plenarinho I

2.2Transtornos Emocionais em Candidatos Aprovados e Não Convocados Nos Concursos Públicos do Estado De Pernambuco – Iniciativa realizada com o objetivo de promover o debate e a análise dos impactos psicológicos enfrentados por candidatos aprovados em concursos públicos que aguardam convocação dentro do prazo esperado, dando visibilidade a questões como ansiedade, frustração, insegurança e adoecimento mental;
Data: 23.03.2026
Local: Auditório Sérgio Guerra

2.3Doença Renal Crônica em Pernambuco – Audiência que visou promover o debate e a análise da situação dessa condição no Estado, reunindo parlamentares, especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, a fim de discutir os desafios relacionados à prevenção, diagnóstico, tratamento e assistência aos pacientes, bem como identificar possíveis medidas e políticas públicas que contribuam para o fortalecimento da rede de atenção à saúde renal em Pernambuco;
Data: 30.03.2026
Local: Auditório Ênio Guerra

2.4Doença de Chagas em Pernambuco – Iniciativa que buscou ampliar o debate sobre a Doença de Chagas em Pernambuco, dando visibilidade a uma condição ainda negligenciada e frequentemente subnotificada, além de apresentar dados atualizados sobre sua ocorrência no Estado, identificando os desafios e lacunas nas ações de vigilância, diagnóstico e tratamento, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes, que garantam o acesso ao diagnóstico precoce, ao cuidado adequado e ao acompanhamento das pessoas acometidas pela doença;
Data: 09.04.2026
Local: Auditório Ênio Guerra

2.5NOLT: Um Novo Comportamento para Pessoa Idosa – Evento que objetivou o debate e a promoção de um novo modelo de cuidado e convivência com a pessoa idosa, incentivando o envelhecimento ativo, a valorização social e o fortalecimento de políticas públicas que garantam seus direitos e qualidade de vida;
Data: 27.04.2026
Local: Auditório Ênio Guerra

2.62º Simpósio de Fibromialgia de Pernambuco – Evento que promoveu um espaço de diálogo institucional e de escuta entre pacientes, profissionais de saúde, órgãos públicos e entidades de defesa de direitos, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre a fibromialgia, discutir os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e proteção social, e, sobretudo, construir encaminhamentos para garantir a efetiva implementação dos direitos assegurados às pessoas com fibromialgia, transformando as conquistas legais em acesso real às políticas públicas e aos serviços;
Data: 30.05.2026
Local: Auditório Sérgio Guerra

2.7Envelhecimento, Desigualdade Social e Luta de Classe – Audiência que buscou reunir especialistas, representantes do poder público, entidades e movimentos sociais para debater os desafios decorrentes da transição demográfica, fortalecer o controle social e subsidiar a construção de políticas públicas permanentes, capazes de reduzir desigualdades e assegurar um envelhecimento com dignidade, autonomia e cidadania.
Data: 10.06.2026
Local: Auditório Ênio Guerra

2.8Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2026 – Continuação do acompanhamento da execução orçamentária e administrativa da saúde, garantindo a fiscalização do uso de recursos públicos e a efetividade das políticas adotadas no início do novo exercício;
Data: 10.06.2026
Local: Auditório Sérgio Guerra

2.9Doenças Raras em Pernambuco: Desafios do Diagnóstico, Tratamento e Assistência Integral – A iniciativa promoveu um debate qualificado sobre os principais entraves enfrentados pelas pessoas com doenças raras no Estado de Pernambuco, reunindo pacientes, profissionais de saúde, gestores e especialistas para identificar os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso a exames, medicamentos e terapias especializadas, à organização da rede assistencial e aos fluxos de atendimento. A audiência buscou, ainda, construir encaminhamentos que contribuam para o fortalecimento da linha de cuidado, a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à garantia de uma assistência integral, equânime e humanizada às pessoas com doenças raras;
Data: 16.06.2026
Local: Auditório Ênio Guerra

Evento	Total
Audiências Públicas	8
Simpósios	1

3. Proposições Legislativas:
As proposições aprovadas no primeiro semestre de 2026 evidenciam uma agenda voltada ao fortalecimento das políticas públicas de saúde e assistência social, com ênfase na ampliação do diagnóstico precoce, na melhoria do acesso aos serviços, na valorização dos profissionais de saúde, na promoção da transparência da gestão pública e na proteção de pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Entre as proposições analisadas pela Comissão, estão:

- Substitutivo nº 02/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 9/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa.
Ementa: "Institui a obrigatoriedade de o Estado de Pernambuco disponibilizar dados relacionados aos estoques de medicamento nas farmácias públicas que estejam sob sua gestão."
A iniciativa fortalece a transparência administrativa e amplia o controle social sobre a assistência farmacêutica estadual. Ao permitir que os usuários consultem previamente a disponibilidade de medicamentos, contribui para maior eficiência na prestação dos serviços públicos e reduz deslocamentos desnecessários da população;
- Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 486/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.
Ementa: "Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Vitiligo e/ou Psoríase em Pernambuco e dá outras providências."
A proposição estabelece diretrizes específicas para o cuidado integral das pessoas acometidas por vitiligo e psoríase, doenças que frequentemente ocasionam impactos físicos, emocionais e sociais. A política contribui para qualificar a assistência, incentivar o diagnóstico precoce, ampliar o acesso ao tratamento e combater o estigma associado a essas enfermidades;

- **Projeto de Lei Ordinária nº 1904/2024**, de autoria da Deputada Dani Portela.
Ementa: "Obriga a oferta de comunicação às mulheres vítimas de violência sexual acerca de seus direitos legais, no âmbito do Estado de Pernambuco."
A proposição fortalece a rede de proteção às mulheres em situação de violência sexual ao assegurar que recebam informações claras e acessíveis sobre os direitos que lhes são garantidos pela legislação vigente. A medida contribui para o acolhimento humanizado das vítimas, amplia o acesso à informação e favorece o exercício de direitos relacionados ao atendimento em saúde, à assistência social, à segurança pública e ao sistema de justiça, promovendo maior efetividade na proteção integral às mulheres;

- **Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024**, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Ementa: "Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria dos Deputados Socorro Pimentel e Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer prazo máximo de início do primeiro tratamento e assegurar tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pelo câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)."
A iniciativa fortalece a política estadual de atenção oncológica ao assegurar maior celeridade no início do tratamento e garantir o manejo adequado da dor, contribuindo para a humanização da assistência e para melhores resultados no cuidado aos pacientes com câncer;

- **Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2736/2025**, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo.
Ementa: "Obriga a realização, na rede pública de saúde do Estado de Pernambuco, de testes genéticos moleculares para detecção da Atrofia Medular Espinhal (AME), em conformidade com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Sistema Único de Saúde (SUS)."
A proposição representa um avanço significativo para a política de doenças raras ao assegurar a realização de testes genéticos para diagnóstico da Atrofia Muscular Espinhal (AME). A identificação precoce é determinante para o início do tratamento em tempo oportuno, aumentando as possibilidades de desenvolvimento e qualidade de vida dos pacientes e alinhando a legislação estadual às diretrizes do SUS;

- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025**, de autoria da Deputada Simone Santana.
Ementa: "Altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a divulgação dos dados epidemiológicos que especifica, nos boletins e informes sobre HIV elaborados pelo Governo do Estado."
A proposição aperfeiçoa a Política Estadual de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva ao ampliar a transparência das informações epidemiológicas sobre o HIV em Pernambuco. A divulgação sistemática desses dados fortalece o monitoramento da doença, subsidia o planejamento de ações de prevenção e assistência, orienta a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e contribui para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento da transmissão vertical do HIV no Estado.

As proposições elencadas realçam a diversidade e a relevância das matérias apreciadas pela Comissão de Saúde e Assistência Social durante o primeiro semestre de 2026. A análise criteriosa dessas proposições reflete o compromisso da Comissão com a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade, a promoção da equidade no acesso à saúde e à assistência social, e o fortalecimento da atuação legislativa orientada pelo interesse público.

Proposição	Total
Proposições Distribuídas	164
Proposições Discutidas	66
Proposições Retiradas de Pauta	1
Proposições Aprovadas	66
Proposições Rejeitadas	0

4. Fiscalização da Rede Estadual de Saúde:

No exercício de sua função fiscalizatória, a Comissão de Saúde e Assistência Social acompanhou, durante o primeiro semestre de 2026, diligências realizadas por parlamentares em unidades da rede estadual de saúde. As inspeções abrangeram hospitais de referência, entre eles o Hospital da Restauração, Hospital Otávio de Freitas, Hospital Getúlio Vargas e Hospital Agamenon Magalhães, onde foram identificadas situações de superlotação, infiltrações, pacientes acomodados em corredores, banheiros em condições precárias, insuficiência de equipamentos em determinados setores, dentre outros problemas estruturais que comprometem a capacidade de atendimento e o funcionamento dos serviços prestados à população.

As informações coletadas subsidiaram a apresentação de relatório pelos parlamentares, que apontou preocupações relacionadas à redução de investimentos, ao fechamento de leitos, à superlotação das unidades hospitalares e às condições de infraestrutura da rede estadual. Durante coletiva de imprensa realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco, os deputados defenderam que a atuação fiscalizatória da Comissão buscou conferir transparência à situação da saúde pública, promover o controle parlamentar e estimular a adoção de providências pelos órgãos de controle e fiscalização, entre eles o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Pernambuco e o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco.

6. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CSAS – 2026.1

Atividades	Total
Proposições Recebidas	164
Proposições Distribuídas	164
Proposições Discutidas	66
Reuniões Ordinárias	3
Simpósios	1
Audiências Públicas	8

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPUTADA SIMONE SANTANA - PRESIDENTE
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ANGELO
DEPUTADO EDSON VIEIRA

SUPLENTEs:
DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO SILENO GUEDES
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

1. REUNIÕES

Neste ano, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação realizou um total de três reuniões, que foram fundamentais para o bom andamento das atividades legislativas e para o avanço do debate em torno das políticas públicas. Essas reuniões representam um importante instrumento de trabalho da Comissão, contribuindo para a transparência, a articulação institucional e o fortalecimento da atuação parlamentar em favor do povo pernambucano.

Data	Reunião	Total
03/03/2026	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
14/04/2026	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
09/06/2026	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
TOTAL		03

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu neste primeiro semestre 52 projetos para serem analisados, onde 48 foram distribuídos. E ainda, foram para discussão 44 proposições, onde 38 foram aprovadas por unanimidade e 06 retiradas de pauta.

Proposição	Total
Proposições Recebidas	52
Proposições Distribuídas	48
Proposições Discutidas	44
Proposições Aprovadas	38
Proposições Retiradas (pedido de vistas)	06

3. REUNIÃO SOLENE

10 DE JUNHO DE 2026

Comemoração dos 70 anos do Sistema do Conselho Federal de Química e do Conselho Regional de Química de Pernambuco.

4. LEIS ESTADUAIS

Segue abaixo a Relação de Legislação Estadual de 2026 neste primeiro semestre, proveniente de Projetos de Leis que tramitaram nesta Comissão Permanente.

Nº	PLO	EMENTA	LEI
01	PLO 40/2023	Torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.	Lei nº 19.245/2026 02/06/2026
2	PLO 278/2023	Institui a disponibilização de agendamento remoto de consultas médicas no âmbito das redes pública e privadas de saúde no Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Lei nº 19.163/2026 05 de janeiro de 2026
03	PLO 364/2023	Cria a Política Estadual de Educação em Mídias Digitais e Combate às Fake News no âmbito escolar e dá outras providências.	Lei nº 19.164/2026 05 de janeiro de 2026
04	PLO 552/2023	Cria a Política de Incentivo ao saneamento básico de áreas rurais mediante a instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras e Jardins Filtrantes no âmbito do Estado de Pernambuco.	Lei 19.215/2026 26/03/2026
05	PLO 1145/2023	Cria a política de conscientização e prevenção do traumatismo cranioencefálico em Pernambuco e da outras providencias	Lei nº 19.165/2026 05 de janeiro de 2026
06	PLO 1156/2023	Altera a lei nº 12.928, de 30 de novembro 2005, que institui o sistema de comunicação e cadastro de pessoas desaparecidas e das outras providencias, originada de projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Leite, a fim de aperfeiçoar a redação normativa visando garantir registro imediato da ocorrência.	Lei nº 19.236/2026 11/05/2026
07	PLO 1565/2024	Obriga canis, hotéis, petshops e demais estabelecimentos que oferecem serviços de hospedagem para animais de estimação, no âmbito do Estado de Pernambuco, a instalarem câmeras de monitoramento e dá outras providências.	Lei nº 19.210/2026 07/03/2026
08	PLO 1589/2024	Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de incluir as pessoas diagnosticadas com Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem - TDL.	Lei 19.218/2026 26/03/2026
09	PLO 1629/2024	Institui o Programa de Incentivo à Produção de Leite e seus derivados no Estado de Pernambuco	Lei nº 19.168/2026 05/01/2026
10	PLO 1861/2024	Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010 que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco e dá outras providências, a fim de promover a aplicabilidade da transição energética no planejamento de fontes de energias sustentáveis e dá outras providências.	Lei 19.219/2026 26/03/2026
11	PLO 1973/2024	Veda a adoção de critérios que caracterizem discriminação contra estudantes e pesquisadores, em virtude de gestação, parto, puerpério, lactação, nascimento de filho ou adoção, nos processos de seleção ou renovação para bolsas de estudo e pesquisa das instituições estaduais de educação superior e das agências estaduais de fomento à pesquisa, no âmbito do Estado de Pernambuco.	Lei 19.221/2026 26/03/2026
12	PLO 2026/2024	Altera a Lei nº 18.003, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Proteção à Saúde do Trabalhador Rural Exposto à Radiação Ultravioleta no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Roberta Arraes, a fim de incluir o estabelecimento de iniciativas que viabilizem o fornecimento de protetores solares aos agricultores familiares, bem como aos trabalhadores assalariados rurais.	Lei 19.222/2026 26/03/2026
13	PLO 2152/2024	Institui a Política Estadual de Tecnologia Assistiva para Pessoas com Deficiência no Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Lei nº 19.170/2026 05/01/2026
14	PLO 2196/2024	Altera a Lei nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o incentivo à Agricultura Regenerativa e dá outras providências.	Lei nº 19.188/2026 25/02/2026
15	PLO 2207/2024	Determina a disponibilização, nas unidades da rede pública estadual de saúde, de fluxograma de atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista ou outras neurodiversidades; e altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de incluir, nas diretrizes da Política Estadual, a publicação do fluxograma de atendimento à pessoa com TEA, nas unidades de saúde.	Lei 19.223/2026 26/03/2026
16	PLO 2276/2024	Obriga a disponibilização, no sítio eletrônico do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, de cartilha ou material informativo sobre a prevenção de quedas para a Pessoa Idosa.	Lei nº 19.172/2026 05/01/2026
17	PLO 2319/2024	Estabelece diretrizes para a conectividade das rodovias sob a jurisdição do Governo do Estado de Pernambuco, utilizando tecnologia não inferior a 4G.	Lei nº 19.173/2026 05/01/2026
18	PLO 2741/2025	Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Banco Estadual de Currículos.	Lei 19.225/2026 26/03/2026
19	PLO 2756/2025 (tramit.conj. 1156/2023 e 2761/2025)	Institui o Protocolo de Ação Imediata para localização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente crianças, em caso de desaparecimento no Estado de Pernambuco.	Lei nº 19.236/2026 11/05/2026
20	PLO 2761/2025 (tramt.conj 1156/2023 e 2756/2025)	Dispõe sobre a emissão de alertas emergenciais de desaparecimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de mensagens enviadas a celulares localizados nas proximidades do ocorrido, e dá outras providências.	Lei nº 19.236/2026 11/05/2026
21	PLO 2811/2025	Institui o Protocolo de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico na Rede Estadual de Saúde de Pernambuco.	Lei nº 19.238/2026 11/05/2026
22	PLO 3036/2025	Institui a Política Estadual de Redução de Exposição Digital e Promoção do Contato com a Natureza na Infância e dá outras providências.	Lei nº 19.231/2026 15/04/2026

4. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - 2025

Proposição	Total
Proposições Recebidas	52
Proposições Distribuídas	48
Proposições Discutidas	44
Proposições Aprovadas	38
Proposições Retiradas (pedido de vistas)	06
Reuniões Ordinárias	03
Reunião Solene	01
Leis sancionadas em 2026	22

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

DEPUTADA DANI PORTELA - PRESIDENTE
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO LUCIANO DUQUE
DEPUTADA SIMONE SANTANA
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

SUPLENTEs:
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

1. RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CCDHPP DO PRIMEIRO SEMESTRE/2026

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	237
Projetos Aprovados	76
Reuniões Ordinárias	04
Audiências Públicas	04
Visitas Técnicas	02
Pedidos de Informações	07
Documentos Técnicos Especializados	03

2. ATIVIDADES

Reuniões do Colegiado da Comissão:

- 07/03/2026 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 24/03/2026 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 22/04/2026 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 09/06/2026- Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.

Audiências Públicas:

- 29/04/2026 - Água, território e direitos: Diálogo público sobre os impactos dos grandes empreendimentos nas comunidades do sertão do São Francisco.
- 11/06/2026 - A Implementação da política do cuidado no Estado de Pernambuco;
- 18/06/2026 - Pec da reparação: Por justiça histórica e direitos para a população negra brasileira;
- 30/06/2026 - Saúde mental e as condições de trabalho das psicólogas em Pernambuco.

Visitas Técnicas:

1. Quilombo Ilha de Mercês, Ipojuca/PE (Janeiro de 2026):

Assunto: A Comissão de Direitos Humanos da ALEPE realizou visita técnica ao Quilombo Ilha de Mercês, a convite da comunidade, para conhecer as violações de direitos relacionadas ao conflito territorial e aos impactos socioambientais decorrentes da implantação e expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape. Durante a visita, foram apresentadas as demandas da comunidade pela regularização do território quilombola, pela preservação do manguezal e pela recuperação do Rio Tatuoca, fundamentais para a manutenção do modo de vida tradicional e da atividade pesqueira das famílias quilombolas.

2. Habitacional Rui Frazão, Recife/PE (Junho/2026):

Assunto: A Comissão de Direitos Humanos da ALEPE realizou visita técnica ao Habitacional Rui Frazão para averiguar denúncias apresentadas por moradores acerca de problemas estruturais nas unidades habitacionais entregues recentemente. Durante a fiscalização, foram relatadas falhas construtivas, infiltrações, rachaduras e a ausência de respostas efetivas da construtora às demandas das famílias, mesmo com o empreendimento ainda no período de garantia. A visita constituiu uma primeira etapa de acompanhamento do caso, com previsão de retorno ao local em conjunto com representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e de outros órgãos competentes Ministério Público, da Defensoria Pública e entre outros órgãos competentes, visando à adoção dos encaminhamentos necessários para a garantia do direito à moradia adequada.

Atuação Técnica e Institucional

1. Pedidos de Informações: No primeiro semestre de 2026, a Comissão expediu **07 (sete)** Pedidos de Informações a órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, com o objetivo de subsidiar suas atividades de fiscalização e acompanhamento de violações de direitos humanos. As solicitações abordaram temas relacionados aos impactos socioambientais de empreendimentos de energia eólica e de piscicultura na região do Rio São Francisco, incluindo processos de licenciamento ambiental, fiscalização, servidões administrativas decorrentes da transposição do Rio São Francisco e a atuação dos órgãos de controle. Também foram encaminhados pedidos sobre possível negligência estatal na proteção de crianças e adolescentes em situação de orfandade no município de Araçoiaba, além de demanda relacionada à garantia do direito à saúde de beneficiária idosa junto ao Sassepe.

2. Documentos Técnicos Especializados: No primeiro semestre de 2026, a Comissão produziu **03 (três)** documentos técnicos voltados à incidência institucional, ao controle da atuação estatal e à defesa dos direitos humanos. Dentre eles, destaca-se a elaboração de **dossiê** encaminhado ao Ministério das Cidades sobre a situação da comunidade do Coqueiral, solicitando o acompanhamento e a fiscalização das obras anunciadas pelo Governo do Estado e pelo Município do Recife, com foco na execução, no cronograma e na efetividade das intervenções destinadas à mitigação dos riscos existentes. Também foi produzida **Nota Técnica Conjunta**, em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), apresentada no âmbito de inquérito policial para contribuir com a apuração de grave caso de violência policial, reunindo fundamentos jurídicos e de direitos humanos, além de requerimentos destinados ao aprofundamento das investigações e à responsabilização dos agentes envolvidos. **Por fim, a Comissão elaborou Representação com Notícia de Fato**, encaminhada aos órgãos de controle competentes, reunindo análise jurídica e elementos técnicos relativos a denúncias de tortura e outras graves violações de direitos humanos no Presídio Juiz Plácido de Souza, em Caruaru. O documento demonstrou que o caso extrapola um episódio isolado, indicando possíveis falhas estruturais na proteção das pessoas privadas de liberdade, a persistência de práticas de violência institucional e a necessidade de atuação coordenada dos órgãos de fiscalização e persecução. Ao final, foram requeridas providências para investigação dos fatos, adoção de medidas protetivas em favor da vítima, realização de inspeção extraordinária na unidade e responsabilização dos agentes eventualmente envolvidos.

3. Requisições de Diligências: No exercício da prerrogativa prevista no Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a Presidência da Comissão expediu requisições de diligências destinadas a subsidiar a apuração de violações de direitos humanos e fortalecer o controle da atuação estatal. Entre as medidas adotadas, destaca-se a requisição dirigida à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco em razão da inclusão indevida das fotografias das deputadas federais Duda Salabert e Erika Hilton em álbum fotográfico utilizado pela Polícia Civil para reconhecimento de suspeitos. O expediente requereu, entre outras providências, a retirada imediata das imagens dos bancos de reconhecimento, a realização de auditoria nos procedimentos adotados, a apuração de responsabilidades, o encaminhamento dos protocolos institucionais sobre reconhecimento fotográfico e a adoção de medidas estruturais para prevenir práticas discriminatórias relacionadas ao perfilamento racial e de gênero.

3. DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE/2026

3.1. Eleição das entidades da sociedade civil para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Pernambuco (CEDDH/PE)

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular conduziu o processo eleitoral para a escolha das entidades da sociedade civil que passaram a compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Pernambuco (CEDDH/PE) no biênio 2026–2028, em conformidade com a legislação estadual vigente. O processo foi iniciado com a publicação de edital de chamamento público no Diário Oficial do Estado, seguido da análise das inscrições, julgamento dos recursos e realização da Assembleia de Eleição, ocorrida em 15 de junho de 2026. Ao longo de todas as etapas, a Comissão coordenou os trabalhos, assegurando a observância das normas legais, a transparência do processo e a participação das organizações da sociedade civil na composição do Conselho.

3.2. Atuação no Pontal de Maracáipe: A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) manteve, no primeiro semestre de 2026, o acompanhamento do caso do Pontal de Maracáipe, dando continuidade às ações iniciadas em 2023, que incluíram reuniões institucionais, visita técnica e a realização de Audiência Pública. Neste semestre, foram promovidas novas articulações com representantes da comunidade, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos órgãos de licenciamento, buscando viabilizar o cumprimento das medidas relacionadas à abertura da servidão de acesso à comunidade e à derrubada do muro que impede o livre acesso dos moradores, contribuindo para a garantia dos direitos da população tradicional.

3.3 Complexo Eólico Ventos de São Clemente (Caetés)

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) realizou escuta institucional com moradores afetados pelo Complexo Eólico Ventos de São Clemente, no município de Caetés, diante do plano de realocação das famílias impactadas pelo empreendimento. A atividade teve como objetivo compreender os efeitos da medida sobre os direitos da população atingida, especialmente aqueles decorrentes da retirada das famílias de seu território, com potencial comprometimento dos vínculos comunitários, sociais, culturais e territoriais construídos ao longo de gerações. A escuta subsidiou o acompanhamento institucional da Comissão acerca dos impactos socioambientais e das garantias de participação e proteção dos direitos das comunidades afetadas.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

DEPUTADO MÁRIO RICARDO - PRESIDENTE
DEPUTADO ERIBERTO FILHO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

SUPLENTEs:
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO FRANCE HACKER
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOAQUIM LIRA

1. Reuniões Ordinárias: 05

Distribuição e Discussão de Projetos

2. Audiências Públicas: 04

2.1 Tema: “Impactos da Política Tributária de Importação no Polo de Confeções do Agreste”.

26/05/2026, no Auditório Senador Sérgio Guerra – Alepe.

O principal objetivo da audiência pública foi discutir os impactos da política tributária de importação sobre o Polo de Confeções do Agreste pernambucano, especialmente diante da Medida Provisória nº 1.357/2026, buscando construir encaminhamentos concretos para a defesa da indústria local, da competitividade e dos empregos.

Entre os principais encaminhamentos, destacaram-se o envio de manifestação institucional à bancada federal, o acompanhamento de medidas antidumping, a ampliação da fiscalização das remessas internacionais, a criação de programas de incentivo ao setor, o fortalecimento da inovação, da qualificação profissional e da infraestrutura do Polo, além da articulação entre Governo do Estado, Assembleia Legislativa, setor produtivo e entidades representativas para a construção de uma política permanente de fortalecimento do Polo de Confeções.

2.2 Tema: “Fernando de Noronha: Desafios e Perspectivas Sociais, Econômicas e de Infraestrutura”.

27/05/2026, no Auditório do Centro de Visitantes, Fernando de Noronha - PE.

O principal objetivo da audiência pública foi promover o diálogo sobre os desafios e as perspectivas de desenvolvimento de Fernando de Noronha, priorizando a escuta da população local e a construção de soluções para as áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, mobilidade, saneamento, habitação e preservação ambiental. Como principais encaminhamentos, destacaram-se o envio das demandas e denúncias ao Governo do Estado, a realização de reuniões técnicas para tratar de processos administrativos pendentes, o acompanhamento das obras estruturantes e dos investimentos em infraestrutura, a cobrança por maior transparência na execução das políticas públicas e o fortalecimento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura e da proteção dos direitos da comunidade noronhense.

2.3 Tema: “Segurança dos Motoristas de Coletivo no Estado de Pernambuco” - Audiência Pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social.

03/06/2026, no Auditório Ênio Guerra Guerra, Alepe.

O principal objetivo da audiência pública foi debater os desafios relacionados à segurança no transporte coletivo de Pernambuco, ouvindo trabalhadores, usuários, especialistas e autoridades para subsidiar a construção de políticas públicas voltadas à proteção dos profissionais e à melhoria da qualidade do serviço.

Como principais encaminhamentos, destacaram-se a análise de medidas legislativas para fortalecer a proteção aos rodoviários, o aperfeiçoamento dos mecanismos de registro de ocorrências, a ampliação das ações de policiamento e fiscalização preventiva, o fortalecimento da integração entre órgãos de segurança, operadores, sindicatos e usuários, além do encaminhamento das propostas aos órgãos competentes e do compromisso da Assembleia Legislativa em acompanhar a implementação das medidas discutidas.

2.4 Tema: “20 anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: avanços, desafios e perspectivas para o desenvolvimento de Pernambuco”.

18/06/2026, no Auditório Ênio Guerra, na Alepe.

O principal objetivo da audiência pública foi debater os 20 anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, avaliando seus avanços, desafios e perspectivas para o fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico de Pernambuco.

Como principais encaminhamentos, destacaram-se a realização de audiência com a Secretaria da Fazenda para discutir o ICMS Difal, o envio de indicações aos municípios para adesão à Rede SIM, a análise de emendas ao PL Rural Legal, a elaboração de projeto de lei para instituir o Dia Estadual do Agente de Desenvolvimento e o incentivo à ampliação das compras públicas junto às micro e pequenas empresas, fortalecendo o ambiente de negócios no Estado.

3.Projetos destacados discutidos e aprovados pela Comissão em 2026 :
3.1 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao PLO nº 3371/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto
Este projeto institui a Política Estadual de Valorização da Economia do Carnaval de Pernambuco. Reconhece e organiza o Carnaval não apenas como festa, mas como uma cadeia produtiva essencial, garantindo que o impacto financeiro dessa manifestação cultural gere mais renda e emprego de forma estruturada

3.2 Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao PLO nº 3192/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto
Trata da criação de uma política estadual para garantir segurança às mulheres no setor turístico. Aumenta a competitividade do estado como destino turístico ao focar na segurança, atraindo um segmento de mercado crescente e promovendo a inclusão social e proteção das mulheres no setor

3.3 Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao PLO nº 2700/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino.
Altera a legislação vigente para fortalecer o turismo local com foco na sustentabilidade ao alinhar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que as belezas naturais do estado continuem sendo um ativo rentável a longo prazo

3.4 Projeto de Lei Ordinária nº 1888/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel.
Estabelece diretrizes e linhas de ação para organizar o turismo sustentável especificamente na região da Chapada do Araripe. Promove a descentralização do turismo, organizando o potencial de uma região rica em biodiversidade e arqueologia, impulsionando a economia do interior do estado

3.5 Projeto de Lei Ordinária nº 3184/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros.
Institui a política estadual para o reaproveitamento de subprodutos, resíduos e excedentes agroindustriais em Pernambuco, visando o desenvolvimento econômico sustentável no campo. Estimula a economia circular no campo, transformando o que seria desperdício em novos recursos, reduzindo impactos ambientais e aumentando a eficiência e o lucro do produtor rural.

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CDET – 1º Semestre de 2026

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias	05
Audiências Públicas	04
Total de Projetos Recebidos para Análise	62
Total de Projetos Distribuídos	57
Total de Proposições Aprovados	50
• Projeto de Lei Ordinária	12
• Substitutivos	37
• Emendas	01
Proposições Retiradas de Pauta	06

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

DEPUTADO JARBAS FILHO - PRESIDENTE
DEPUTADO DORIEL BARROS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:	SUPLENTEs:
DEPUTADO FRANCE HACKER	DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO MÁRIO RICARDO	DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT
DEPUTADO RODRIGO FARIAS	DEPUTADO KAIO MANIÇOBA
	DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
	DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

ATIVIDADES CONSULARES

REQUERIMENTOS DE VOTOS DE CONGRATULAÇÕES POR DATAS NACIONAIS

Requerimento 5315/2026 – Voto de Congratulações pela celebração do Dia da Imigração Japonesa no Brasil, comemorado no dia 18 de junho.

Requerimento 5317/2026 – Voto de Congratulações pela celebração do Dia da Soberania Nacional da República da Eslovênia, comemorado no dia 25 de junho.

Requerimento 5325/2026 – Voto de Congratulações pela celebração do Dia da Revolução da República da Guatemala, comemorado em 30 de junho.

Requerimento 5261/2026 – Voto de Congratulações pela celebração do Dia de Camões, das Comunidades Portuguesas, da Língua Portuguesa e de Portugal, comemorado em 10 de junho.

Requerimento 5260/2026 – Voto de Congratulações pela celebração do Dia Nacional do Reino da Suécia, comemorado, anualmente, no dia 06 de junho.

Requerimento 5248/2026 - Transcrição nos Anais desta Casa Legislativa o artigo de autoria da Cônsul-Geral da República Popular da China em Recife, Lan Heping, intitulado “Levando adiante as conquistas do passado e abrindo juntos um novo capítulo das relações China–Estados Unidos”.

Requerimento 5243/2026 - Voto de Congratulações pela celebração do Dia da República Italiana, comemorado, anualmente, no dia 02 de junho.

Requerimento 5145/2026 - Voto de Congratulações pelos 10 anos de criação do Consulado Honorário da República da Eslovênia no Recife

Requerimento 5087/2026 - Voto de Congratulações pelo Dia do Diplomata, celebrado, anualmente, no dia 20 de abril.

Requerimento 5060/2026 - oto de Congratulações pelo Dia do Rei (Koningsdag), principal data nacional do Reino dos Países Baixos (Holanda).

Requerimento 5001/2026 - Voto de Congratulações à República do Senegal pela passagem do Dia de sua Independência.

Requerimento 4923/2026 - Voto de Congratulações em homenagem ao Dia da Independência da República Helênica, Grécia.

Requerimento 4791/2026 - Transcrição nos Anais desta Casa Legislativa o artigo intitulado “Promover ativamente o desenvolvimento verde e construir juntos um mundo limpo e belo”, de autoria da Cônsul-Geral da República Popular da China em Recife, Lan Heping,

Requerimento 4761/2026 - Voto de Congratulações pela Celebração do Dia Nacional do Imigrante Italiano no Brasil,

Requerimento 4704/2026 - Voto de Parabéns para a **nação Japonesa pela celebração** do Kenkoku Kinen No Hi, O Dia Da Fundação Nacional

Requerimento 4698/2026 -Transcrição nos Anais desta Casa Legislativa, o artigo intitulado “Universidades chinesas crescendo no ranking mundial”, de autoria do Educador, Mozart Neves Ramos publicado no Jornal do Commercio do dia 26 de janeiro de 2026.

REUNIÕES SOLENES E CONVITES PARA RECEPÇÕES CONSULARES OFICIAIS RECEBIDOS

Dentre muitos convites recebidos destacamos os seguintes:
10 de fevereiro de 2026 - Convite para a recepção do **Ano Novo Chinês**

26 de fevereiro de 2026 - Convite para a Comemoração Natalícia De Sua Majestade O Imperador Naruhito No Mar Hotel.

04 de maio de 2026 – Solene concedendo o Título de Cidadão Pernambucano ao vice-cônsul-geral de Portugal no Recife, Francisco Carlos Duarte Azevedo, por solicitação da deputada Débora Almeida (PSD),

APOIO À FRENTE PARLAMENTAR “PERNAMBUCO – ARGENTINA”

Coordenada pelo deputado estadual e presidente da CAI, Jarbas Filho, a Frente Parlamentar Pernambuco–Argentina, instituída no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, encontra-se em fase de estruturação e planejamento estratégico, com a definição participativa de diretrizes, prioridades e ações voltadas ao fortalecimento das relações de cooperação entre Pernambuco e parceiros argentinos, especialmente a Província de Mendoza e seus municípios. A iniciativa busca promover o intercâmbio de experiências, a troca de informações e a identificação de oportunidades de colaboração em áreas de interesse comum, por meio do diálogo entre parlamentares, representantes consulares, gestores públicos, instituições e setores produtivos. Após sua instalação formal, a expectativa é de que a Frente desenvolva uma agenda permanente de cooperação nas áreas econômica, cultural, educacional, turística e institucional, contribuindo para o fortalecimento das relações bilaterais e para a geração de benefícios mútuos entre Pernambuco e a Argentina.

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

REUNIÃO ORDINÁRIA - 18 de março de 2026 – Reunião Ordinária para distribuição e discussão de projetos e substitutivos
Foram distribuídos para relatoria os seguintes projetos:

Projeto de Lei Ordinária nº 3572/2025, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó e outros derivados lácteos de origem importada em Pernambuco e dá outras providências.);
Relator Dep. Coronel Alberto Feitosa

Projeto de Resolução nº 3762/2026, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República Argentina.);
Relator Dep. Wanderson Florêncio

Projeto de Resolução nº 3796/2026, de autoria do Deputado Nino de Enoque [Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à “República Helênica (Grécia);
Relator Dep. Doriel Barros

Projeto de Resolução nº 3801/2026, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco, edição 2026, à França.)
Relator Dep. Jarbas Filho

Foi discutido o seguinte projeto:

Substitutivo nº 1/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 1785/2024 e nº 3572/2025, que tramitam conjuntamente, de autoria dos deputados William Brígido e Claudiano Martins Filho, respectivamente. (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nº 1785/2024 e nº 3572/2025, para proibir a reconstituição do leite em pó e

de outros derivados lácteos de origem importada para a venda de produtos lácteos destinados ao consumo alimentar no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relator Joaquim Lira redistribuído para o Deputado Coronel Alberto Feitosa

ATIVIDADES PROGRAMADAS E/OU PREVISTAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2026

• Realização de Solenes comemorativas às diversas datas nacionais dos países com consulado ou representações em Pernambuco;

• Entrega do Prêmio País Amigo de Pernambuco, Edição 2026;

• Instalação da Frene Parlamentar Pernambuco-Argentina;

• Participação em eventos consulares;

• Participação em Seminário de Relações Internacionais & Paradiplomacia;

• Parceria com a Secretaria de Relações Internacionais do Governo de Pernambuco;

• Promoção de intercâmbios e visitas entre Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS E CONSULARES - CAI 1º SEMESTRE 2026

Atividades Legislativas	Total
Reunião Ordinária	01
Participação e apoio a Frente Parlamentar (Frente Parlamentar em Defesa da Vitivinicultura e do Enoturismo do Estado de Pernambuco,) e da Frente Parlamentar Pernambuco - Argentina	02
Total de Projetos em Análise por Ordem do Poder Legislativo	14
• De 2023 e 2024	05
• De 2025	04
• De 2026	05
• Projetos de Lei Ordinária	08
• Projetos de Resolução	06
Total de Projetos Distribuídos	12
Projetos aguardando distribuição	02
Total proposições Aprovadas em 2026	02
Projetos aguardando escolha do Prêmio PAPE 2025	03
Total de Proposições recebidas aguardando CCLJ	09
Atividades consulares	
Requerimentos Datas Internacionais e Solenes	13
Visitas e eventos Consulares realizados e/ou recebidos	03
Eventos apoiados e divulgados	10

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - PRESIDENTE
DEPUTADA DANI PORTELA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADA ROSA AMORIM
DEPUTADA SIMONE SANTANA
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

SUPLENTEs:
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Reuniões Ordinárias: 03
- Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres: 01

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- **24/02/2026:** 1ª Reunião Ordinária com 20 projetos distribuídos e Eleição da Comissão Avaliadora do PAM
- **14/04/2026:** 2ª Reunião Ordinária com 23 projetos distribuídos e 11 projetos discutidos (incluindo proposições acessórias)
- **09/06/2026:** 3ª Reunião Ordinária com 20 projetos distribuídos e 17 projetos discutidos (incluindo proposições acessórias)

PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DAS MULHERES – PAM 2026

- Solene da Premiação em 06.04.2026
- Municípios Vencedores:

Grupo 1
RIACHO DAS ALMAS
(inscrito na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)
Prefeito **Dioclécio Rosendo de Lima Filho**

Grupo 2
TORITAMA
(inscrito na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)
Prefeito **Sérgio Colín**

Grupo 3
SERRA TALHADA
(inscrito na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)
Prefeita **Márcia Conrado**

Grupo 4
RECIFE
(inscrito na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)
Prefeito João Campos

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Expedientes da CDDM	Quantitativo
Reunião Ordinária	03
Reunião Diversa (Comissão Avaliadora do PAM)	01
Sessão Solene	01

Análises de Proposições	Quantitativo
Projetos Recebidos	63
Projetos Distribuídos	63
Projetos Discutidos	28
Projetos Aprovados	27
Em tramitação	59
Retirados de Pauta	01

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DEPUTADO JOEL DA HARPA - PRESIDENTE
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO JOÃO PAULO DO PT

SUPLENTEs:
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO LUCIANO DUQUE
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. REUNIÕES

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social realizou 2 reuniões ordinárias, 3 audiências públicas e 1 escuta.

Reuniões	Total
Reuniões Ordinárias	2
Audiências Públicas	3
Escuta	1

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Durante o primeiro semestre de 2026, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social recebeu 79 proposições legislativas, sendo um total de **42 distribuídas**. Além disso, foram **discutidas 6 proposições**, conforme os quadros detalhados abaixo:

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	0
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	42
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÃO DISCUTIDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	1
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	0
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0
Substitutivos	5

2.1 Proposições de destaque

O Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 1.891/2023) dispõe em seu Art. 114 sobre as competências reservadas à Comissão de Segurança Pública e Defesa Social. Cabe ao colegiado, dentre outras atribuições, discutir matérias relacionadas à prevenção da violência e da criminalidade; ao combate ao crime organizado; à integração da comunidade com o sistema de segurança pública e a destinação de recursos para a segurança. No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social discutiu relevantes proposições acerca da segurança pública no Estado, com a finalidade de ampliar a proteção à população e também fortalecer as já existentes instituições policiais e seus profissionais. Entre as proposições aprovadas no período, destacam-se:

- **Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque** (Ementa: Altera o Capítulo IV - Do Sistema de Segurança Pública, da Constituição do Estado de Pernambuco.);

A proposta inclui as guardas municipais no rol do sistema de segurança pública da Constituição Estadual, reconhecendo seu papel na proteção dos cidadãos e na preservação da ordem pública. A inclusão contribui para o aprimoramento da governança e da eficiência na gestão da segurança, uma vez que, a partir desse reconhecimento, viabiliza-se uma maior articulação institucional com os demais órgãos do sistema, favorecendo ações integradas, compartilhamento de informações e operações conjuntas.

- **Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 2208/2021, de autoria do Deputado Antonio Coelho, e ao Projeto de Lei Ordinária nº 475/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo** (Ementa: Institui a Política Estadual de Saúde Mental dos Servidores da Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

O projeto institui uma política estadual voltada à saúde mental dos servidores da segurança pública e defesa social, estabelecendo um conjunto articulado de princípios, diretrizes e ações para promover o bem-estar psicossocial desses profissionais. A iniciativa contribui para fortalecer o suporte institucional aos servidores públicos expostos a elevados níveis de estresse ocupacional, o que promove não apenas sua proteção individual, mas também a eficiência operacional das corporações envolvidas.

- **Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2282/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior** (Ementa: Altera a Lei nº 17.372, de 8 de setembro de 2021, que dispõe sobre a comunicação aos órgãos de segurança pública, acerca da ocorrência ou de indícios de violência doméstica, familiar, sexual e/ou outras formas de violência, inclusive as autoprovocadas, contra crianças, adolescentes e mulheres, no âmbito das instituições de ensino do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria dos Deputados Delegada Gleide Ângelo e Professor Paulo Dutra, a fim de incluir, na formação e capacitação de professores, métodos voltados à identificação de comportamentos de crianças e adolescentes indicativos de convivência em contexto de violência doméstica.);

O projeto versa sobre a capacitação de professores para identificar precocemente nos alunos os indicativos de convivência em contexto de violência doméstica, por meio de comportamentos específicos dentro do ambiente escolar. A proposta inclui ainda a formação e capacitação do corpo psicopedagógico, métodos de identificação, averiguação e acompanhamento de sinais comportamentais, ampliando assim a capacidade de detecção de casos que frequentemente permanecem ocultos no ambiente privado. A identificação permitirá a atuação integrada entre instituições de ensino e órgãos de segurança pública, permitindo respostas mais céleres no combate ao crime.

- **Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 536/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque** (Ementa: Institui o Cadastro Estadual de Condenados por Crimes de Roubo praticados contra Taxistas e Motoristas de Transporte por Aplicativo no Estado de Pernambuco, estabelece objetivos e diretrizes, e dá outras providências.);

A proposta fortalece as políticas públicas voltadas à segurança dos trabalhadores de aplicativo, promovendo maior integração entre órgãos públicos e o setor privado. O cadastro centralizará informações sobre condenações transitadas em julgado a respeito de crimes dessa natureza e poderá assim facilitar investigações futuras e ampliar a capacidade preventiva das forças policiais do estado.

3. PARECERES

PARECERES	Total
Pela aprovação	6
Pela rejeição	0
Retirados de pauta	2
Pedidos de vistas	0

4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ESCUTAS

Ao longo do primeiro semestre de 2026 foram realizadas **3 audiências públicas e 1 escuta**, com a finalidade de aproximar a sociedade civil do parlamento, proporcionando um espaço de discussões acerca da segurança pública no Estado.

• AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Mais segurança para quem faz o transporte por aplicativo.

Data: 25 de março de 2026

Local: Auditório Ênio Guerra (Alepe)

Solicitante: Deputado João Paulo do PT

A audiência pública reuniu deputados estaduais, representantes do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo de Pernambuco (Sindmape), representantes da Secretaria de Defesa Social (SDS), Polícia Civil e Polícia Militar de Pernambuco para debater e propor medidas de fortalecimento da segurança dos trabalhadores de aplicativo no exercício de suas atividades, diante do preocupante aumento do índice de mortes e assaltos registrados pela categoria. Na reunião foram debatidas proposições legislativas de proteção aos motoristas existentes em outros estados e também solicitados aos órgãos de segurança locais estudos de viabilidade para aplicação em Pernambuco. Como encaminhamento, foi agendada Escuta com a participação de representantes das plataformas de mobilidade a fim de ampliar as discussões acerca da segurança dos motoristas de aplicativos.

• AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Feminicídio em Pernambuco: desafios, prevenção e fortalecimento das políticas de proteção às mulheres.

Data: 30 de abril de 2026

Local: Auditório Ênio Guerra (Alepe)

Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública contou com a presença de deputados estaduais, representantes da Secretaria da Mulher de Pernambuco, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público de Pernambuco, Defensoria Pública de Pernambuco e OAB/PE para discutir o aumento dos casos de feminicídio em Pernambuco, bem com ações de prevenção e fortalecimento das políticas existentes. Os órgãos estaduais participantes da reunião apresentaram as ações já executadas no combate ao crime contra a mulher e apontaram diretrizes para ampliar as ações de prevenção, principal foco das políticas existentes no Estado.

• ESCUTA

Tema: Insegurança enfrentada por motoristas de aplicativo.

Data: 6 de maio de 2026

Local: Plenarinho 2

Solicitante: Deputados Joel da Harpa e João Paulo do PT

A Escuta foi decorrente de encaminhamento da audiência pública realizada no dia 25 de março de 2026, acerca da insegurança enfrentada por motoristas de aplicativo. Na ocasião ficou acordada a realização de uma escuta para reunir os representantes da Secretaria de Defesa Social, Polícia Civil, Polícia Militar, Sindicato dos Motoristas por Aplicativo de Pernambuco (Sindmape) e representante das plataformas de mobilidades. Presentes todos os representantes, a Escuta serviu de espaço de debate onde os servidores da segurança e motoristas expuseram à representante das plataformas melhorias que podem ser executadas no funcionamento dos aplicativos para prevenir os crimes e também facilitar as investigações posteriores. Como encaminhamento da Escuta, foi sugerida uma nova reunião com os órgãos presentes, na Secretaria de Defesa Social, para melhor detalhar as ações de segurança sugeridas e o intercâmbio de informações junto às plataformas de mobilidade.

• **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (CDET)**
Tema: Segurança dos Motoristas de Coletivo no Estado de Pernambuco.
Data: 3 de junho de 2026
Local: Auditório Ênio Guerra (Alepe)
Solicitantes: Deputado Joel da Harpa e Deputado Mário Ricardo

A audiência pública contou com a presença de representantes do Sindicato dos Rodoviários de Pernambuco (Sintro-PE), Federação dos Usuários do Transporte de Passageiros de Pernambuco, Secretaria de Defesa Social (SDS), Polícia Civil, Polícia Militar, Grande Recife Consórcio de Transporte, Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco (Semobi/PE) e Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de Pernambuco (Urbana/PE) para discutir a segurança dos motoristas do transporte coletivo de Pernambuco. Segundo os profissionais, os assaltos são recorrentes e colocam em risco a vida dos motoristas e usuários do transporte. Os órgãos de segurança apresentaram os resultados da Força Tarefa Coletivos e ações voltadas à redução da criminalidade no transporte público. Ao final, o Deputado Mario Ricardo solicitou os seguintes encaminhamentos:

- Análise de proposições legislativas voltadas ao fortalecimento da proteção aos trabalhadores do transporte coletivo;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de registro de boletins de ocorrências, propondo maior utilização de ferramentas tecnológicas e ampliação da divulgação dos canais existentes, visando reduzir a subnotificação e aproximar os dados oficiais da realidade vivenciada pelos usuários e trabalhadores;
- Ampliação das operações de fiscalização e abordagens preventivas no transporte coletivo, e
- Criação de mecanismos permanentes de integração entre órgãos de segurança pública, representantes dos trabalhadores, usuários e operadores do sistema.

4. QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CSPDS – 2026.1

Atividades	Total
Proposições Recebidas	79
Proposições Distribuídas	42
Proposições Discutidas	6
Reuniões Ordinárias	2
Audiências Públicas	3
Escutas	1

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA - PRESIDENTE
DEPUTADO RODRIGO FARIAS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

SUPLENTEs:
DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO
DEPUTADO SILENO GUEDES

1. REUNIÕES: 02

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	02
Total de Projetos Recebidos para Análise	28
• Projeto de origem do Poder Legislativo	28
• Total de Projetos Distribuídos	28
• Total de Projetos à Distribuir	0
• Total de Proposições Aprovadas	15

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: 01

2.1 Tema: Combustíveis: Porque o preço aumentou tanto em Pernambuco.
Data: 23/03/2026
Local: Alepe - Auditório Ênio Guerra.
Objetivos: debater os fatores que contribuíram para o aumento dos preços dos combustíveis em Pernambuco, analisando aspectos relacionados à formação dos preços, à carga tributária, aos custos de distribuição e à dinâmica do mercado. Promover o diálogo entre representantes do poder público, órgãos de defesa do consumidor, entidades do setor e a sociedade civil, buscando esclarecer a população e identificar medidas que possam ampliar a transparência, fortalecer a fiscalização e contribuir para a proteção dos direitos dos consumidores.

3. PROPOSIÇÕES EM DESTAQUE - quantidade 05;

- 1 - PLO nº 3705/2026 (Consumação mínima)**
Autor: Deputado Abimael Santos
Altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco para **vedar a cobrança de consumação mínima em qualquer hipótese**. A proposição reforça a proteção do consumidor contra práticas consideradas abusivas, assegurando maior liberdade de escolha e fortalecendo os princípios da transparência e do equilíbrio nas relações de consumo.
- 2 - PLO nº 3841/2026 (Fiscalização dos serviços de água e saneamento)**
Autor: Deputado Gilmar Júnior
Institui mecanismos de **controle, fiscalização e transparência** dos serviços prestados pelas concessionárias de abastecimento hídrico e saneamento básico no Estado. A medida busca ampliar a qualidade dos serviços públicos essenciais, fortalecer o controle social e assegurar maior transparência na prestação dos serviços aos consumidores.
- 3 - PLO nº 3999/2026 (Comandas individuais)**
Autor: Deputado Gilmar Júnior
Altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor para estabelecer o **direito às comandas individuais por consumidor** em estabelecimentos comerciais. A proposta amplia a segurança nas cobranças, reduz conflitos relacionados ao consumo coletivo e garante maior controle dos gastos por parte dos consumidores.
- 4 - PLO nº 4018/2026 (Taxa de conveniência)**
Autor: Deputado William Brígido
Altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor para assegurar ao consumidor **alternativa de aquisição de ingressos sem a cobrança da taxa de conveniência vinculada à intermediação digital**. A iniciativa fortalece a liberdade de escolha do consumidor e amplia a transparência na comercialização de ingressos para eventos.
- 5 - PLO nº 4169/2026 (Notificação de interrupção da internet)**
Autor: Deputado Romero Albuquerque
Altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor para tornar **obrigatória a notificação prévia pelos provedores de internet sobre interrupções programadas dos serviços**. A medida promove maior previsibilidade, transparência e respeito aos direitos dos consumidores, especialmente diante da crescente dependência dos serviços de conectividade para atividades profissionais, educacionais e pessoais.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

DEPUTADO DIOGO MORAES - PRESIDENTE
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - VICE- PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO KAIO MANIÇOBA

SUPLENTEs:
DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI

Atividades	Total
Projetos de Leis Ordinárias	139
Projetos de Leis Ordinárias Desarguado	01
Projetos de Leis Complementare	01
Projeto de Resolução	11
PECs	3
Total	155



SIGA A ALEPE NAS
REDES SOCIAIS



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR